

Centrais Elétricas
do Pará S.A. -
CELPA

**Informações trimestrais
em 30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações trimestrais	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período para o período de seis meses findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos Valores correspondente

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses, e do valor adicionado (DVA), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2015 e respectivas notas explicativas, os quais estão sendo apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2016, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes, respectivamente, que emitiram relatórios datados em 10 de março de 2016 e 13 de agosto de 2015, ambos sem modificação.

Fortaleza, 09 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.780	40.860	Fornecedores	16	505.928	565.740
Investimentos de curto prazo	6	772.550	757.774	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		16.263	20.737
Contas a receber de clientes	7	1.226.733	1.246.976	Empréstimos e financiamentos	17	488.212	598.780
Contas a receber - bandeiras tarifárias	8	-	104	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	10	10.003	35.409
Aquisição de combustível - conta CCC	9	157.211	221.298	Impostos e contribuições a recolher	18.1	224.482	231.170
Serviços pedidos		58.012	77.589	Dividendos		22.267	17.366
Depósitos judiciais	21	6.345	2.306	Encargos do consumidor		31.720	33.205
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	71.810	Contribuição de iluminação pública		11.688	18.311
Estoques		7.913	7.535	Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		37.471	52.454
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	42.964	40.807	Participação nos lucros	20	21.092	31.882
Impostos e contribuições sobre o lucro a recupera	11.2	61.244	49.700	Partes relacionadas	22	315.188	258.656
Outros créditos a receber	12	43.536	43.391	Intrumentos financeiros derivativos	32	66.321	-
				Valores a pagar da recuperação judicial	23	91.078	91.446
				Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	87.876	99.115
				Outras contas a pagar	24	151.858	155.604
Total do ativo circulante		2.422.288	2.560.150			2.081.447	2.209.875
Não circulante				Total do passivo circulante			
Contas a receber de clientes	7	291.231	199.624	Não circulante			
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	14	86.396	65.824	Empréstimos e financiamentos	17	1.023.964	1.084.807
Depósitos judiciais	21	142.136	141.512	Impostos e contribuições a recolher	18.1	35.266	49.605
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	145.688	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	95.046	63.541
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	60.709	56.619	Instrumentos financeiros derivativos	32	47.636	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recupera	11.2	40.998	39.661	Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	92.320	95.573
Outros créditos a receber	12	68.314	74.992	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	10	128.693	27.837
Ativo financeiro da concessão	13	1.416.827	1.414.027	Partes relacionadas	22	7.784	49.861
Investimentos		6.748	6.748	Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		105.016	98.395
Intangível	15	2.371.813	2.151.364	Valores a pagar da recuperação judicial	23	958.578	995.599
				Plano de aposentadoria e pensão		32.396	36.718
				Outras contas a pagar	24	319.919	299.428
Total do ativo não circulante		4.485.172	4.296.059			2.846.618	2.801.364
				Total do passivo não circulante			
		102.242	89.361	Patrimônio líquido			
			12.881	Capital social	25.1	1.521.740	1.521.740
				Reserva de reavaliação	25.2	160.845	171.456
				Reservas de lucros	25.3	145.565	150.465
				Outros resultados abrangentes		1.309	1.309
				Lucros acumulados		149.936	-
				Total do patrimônio líquido		1.979.395	1.844.970
Total do ativo		6.907.460	6.856.209	Total do passivo e patrimônio líquido		6.907.460	6.856.209

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		01/01/2016	01/04/2016	01/01/2015	01/04/2015
		a	a	a	a
Nota		30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Receita operacional líquida	27	1.970.680	1.001.223	2.005.309	1.020.345
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	(1.578.673)	(765.036)	(1.636.967)	(870.852)
Energia elétrica comprada para revenda	29	(1.019.114)	(478.808)	(1.170.014)	(605.941)
Custo de construção		(350.186)	(207.437)	(324.410)	(144.461)
Pessoal		(24.963)	(12.172)	(40.674)	(19.343)
Material		533	1.407	(1.548)	(1.496)
Serviços de terceiros		(96.217)	(44.576)	(72.902)	(38.537)
Depreciação e amortização		(71.471)	(30.957)	(42.098)	(44.860)
Subvenção – CCC		(7.053)	11.526	10.277	4.453
Outros		(10.202)	(4.019)	4.402	(20.667)
Lucro bruto		<u>392.007</u>	<u>236.187</u>	<u>368.342</u>	<u>149.493</u>
Despesas com vendas	28	(119.186)	(55.794)	(122.013)	(61.667)
Despesa gerais e administrativas	28	(71.123)	(30.549)	(56.970)	(24.253)
Depreciação e amortização		(25.898)	(13.767)	(6.070)	(3.093)
Outras despesas operacionais, líquidas		(14.751)	(15.137)	(65.182)	(41.600)
Total de despesas operacionais		<u>(230.958)</u>	<u>(115.247)</u>	<u>(250.235)</u>	<u>(130.613)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>161.049</u>	<u>120.940</u>	<u>118.107</u>	<u>18.880</u>
Receitas financeiras		401.975	197.891	882.882	652.568
Despesas financeiras		(384.302)	(203.163)	(367.555)	(74.767)
Resultado financeiro, líquido	30	<u>17.673</u>	<u>(5.272)</u>	<u>515.327</u>	<u>577.801</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>178.722</u>	<u>115.668</u>	<u>633.434</u>	<u>596.681</u>
Contribuição social	19.2	(7.891)	(7.490)	(9.873)	(9.032)
Imposto de renda	19.2	(18.070)	(16.542)	(38.439)	(35.188)
Incentivos fiscais	19.2	18.070	16.542	38.439	35.188
IRPJ e CSLL diferidos	19.2	(31.506)	(12.000)	(136.522)	(136.522)
Provisões de impostos sobre o lucro		<u>(39.397)</u>	<u>(19.490)</u>	<u>(146.395)</u>	<u>(145.554)</u>
Lucro líquido do período		<u>139.325</u>	<u>96.178</u>	<u>487.039</u>	<u>451.127</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		0,06307	0,04354	0,25534	0,23651
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$		0,06307	0,04354	0,25534	0,23651
Quantidade de ações no final do período		<u>2.209.074</u>	<u>2.209.074</u>	<u>1.907.449</u>	<u>1.907.449</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	01/01/2016	01/04/2016	01/01/2015	01/04/2015
	a	a	a	a
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Lucro líquido do período	139.325	96.178	487.039	451.127
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>139.325</u>	<u>96.178</u>	<u>487.039</u>	<u>451.127</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Legal	Benefícios fiscais	Investimento	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	924.524	211.401	(15.148)	-	-	-	-	(392.340)	728.437
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	487.039	487.039
Aumento de capital	597.216	-	-	-	-	-	-	-	597.216
Baixa da reserva de reavaliação	-	(23.955)	-	-	-	-	-	23.955	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(16.587)	-	-	-	-	-	16.587	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de	-	13.784	-	-	-	-	-	(13.784)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>1.521.740</u>	<u>184.643</u>	<u>(15.148)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>121.457</u>	<u>1.812.692</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.521.740	171.456	1.309	6.394	52.028	87.143	4.900	-	1.844.970
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	139.325	139.325
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.611)	-	-	-	-	-	10.611	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	-	(4.900)	-	(4.900)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>1.521.740</u>	<u>160.845</u>	<u>1.309</u>	<u>6.394</u>	<u>52.028</u>	<u>87.143</u>	<u>-</u>	<u>149.936</u>	<u>1.979.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	139.325	487.039
Despesa de juros	28.304	50.519
Amortização e depreciação	97.368	48.168
Amortização do custo de transação	631	-
Perda (ganho) na venda de intangível	749	19.474
Atualização do ativo financeiro	(76.444)	(140.250)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	(139.138)	(49.592)
Perdas (ganho) com instrumentos derivativos	208.821	139.786
Ajuste a valor presente	16.803	(396.862)
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	4.197	(214)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	58.608	46.731
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	75.451	284.132
Rendimentos de aplicações financeiras	(56.525)	(20.351)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.505	136.522
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.891	9.873
Plano de aposentadoria e pensão	(4.318)	-
	<u>393.228</u>	<u>614.975</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(129.972)	(237.880)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	104	(64.486)
Aquisição de combustível - conta CCC	64.087	17.318
Serviços pedidos	19.577	(26.827)
Depósitos judiciais	(4.662)	(10.746)
Estoques	(379)	3.638
Impostos e contribuições a recuperar	(6.247)	1.459
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(12.881)	(3.175)
Sub-rogação da CCC	(20.572)	44.011
Outros créditos a receber	6.532	(2.359)
Fornecedores	(59.812)	(161.230)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(4.476)	(12.667)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(28.918)	(39.140)
Encargos do consumidor	(1.485)	17.054
Contribuição de iluminação pública	(6.624)	3.942
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(8.361)	2.299
Participação nos lucros	(10.790)	-
Partes relacionadas	14.213	(565.937)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(18.689)	2.406
Juros pagos	(42.319)	6.432
Outras contas a pagar	16.743	4.297
	<u>(234.931)</u>	<u>(1.021.591)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>158.297</u>	<u>(406.616)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	(244.922)	(294.809)
Resgates/ Aplicações financeiras	41.749	212.604
Fluxo de caixa utilizado nas das atividades de investimento	<u>(203.173)</u>	<u>(82.205)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	92.147	551.290
Amortização de empréstimos e financiamentos	(113.150)	(645.270)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	122.634	-
Valores a pagar da recuperação judicial	(51.835)	538.904
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>49.796</u>	<u>444.924</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.920</u>	<u>(43.897)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.860	54.210
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	45.780	10.313
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.920</u>	<u>(43.897)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	2.594.001	2.505.013
Receitas de construção	350.186	324.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(58.608)	(46.731)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	4.197	214
Outras despesas (receitas) operacionais	(874)	(47)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	(13.879)	(65.182)
	<u>2.875.023</u>	<u>2.717.677</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.369.299)	(1.494.424)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(183.861)	(155.751)
Subvenção – CCC	(7.053)	10.277
	<u>(1.560.213)</u>	<u>(1.639.898)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.314.810</u>	<u>1.077.779</u>
Depreciação e amortização	(97.369)	(48.168)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>1.217.441</u>	<u>1.029.611</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	140.561	882.882
Atualização VNR	76.435	-
	<u>216.996</u>	<u>882.882</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.434.437</u>	<u>1.912.493</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	49.268	25.564
Benefícios	16.427	17.469
FGTS	6.325	4.742
Outros	(1.809)	25.303
	<u>70.211</u>	<u>73.078</u>
Tributos		
Federais	462.321	463.265
Estaduais	550.147	509.340
Municipais	435	862
	<u>1.012.903</u>	<u>973.467</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(64.206)	54.755
Aluguéis	12.675	11.354
Outros	263.529	312.800
	<u>211.998</u>	<u>378.909</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido no período	139.325	487.039
	<u>139.325</u>	<u>487.039</u>
Valor adicionado	<u>1.434.437</u>	<u>1.912.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, brasileira, com sede na Cidade de Belém, no Estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, com 1.247.955 km², atendendo 2.369.139 consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A ANEEL no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 10 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativadas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 8 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 10 MW: Santana do Araguaia.	28,87	25,98	28/07/1998	18/01/2017

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de agosto de 2016.

3.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: Ativo financeiro da concessão; instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a esses julgamentos, estimativas e premissas incluem:

- **Nota explicativa 7** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 13** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 15** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 21** - Reconhecimento de provisões para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 31** - reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões;
- **Nota explicativa 32** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 3, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos emitidos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	10.306	23.105
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	35.474	17.755
Total	45.780	40.860

(a) Aplicações financeiras de curto prazo

	30/06/2016	31/12/2015
CDB	23.860	12.499
Debêntures compromissadas	11.614	5.256
Total	35.474	17.755

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxa em torno de 93,44% do CDI (97,32% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e aplicações financeiras de curto prazo, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstrações dos fluxos de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

6 Investimentos de curto prazo

Modalidade	30/06/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	769.710	755.148
Outros	2.840	2.626
Total	772.550	757.774

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. São remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 102,85% (em torno de 90% e 105% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como mantidos até o vencimento.

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo

- **Consumidores residenciais** - vencidos há mais de 90 dias;
- **Consumidores comerciais** - vencidos há mais de 180 dias; e
- **Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros** - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

c. Contas a receber de consumidores faturados

30/06/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	123.590	219.759	147.497	490.846
Industrial	52.061	18.161	61.103	131.325
Comercial	84.733	70.819	39.929	195.481
Rural	6.135	11.484	16.479	34.098
Poder público	28.552	39.799	18.832	87.183
Iluminação pública	14.312	1.364	10.774	26.450
Serviço público	2.695	6.286	4.047	13.028
	<u>312.078</u>	<u>367.672</u>	<u>298.661</u>	<u>978.411</u>
Fornecimento faturado				

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	249.979	170.207	214.772	634.958
Industrial	65.141	20.186	47.224	132.551
Comercial	107.798	44.414	35.213	187.425
Rural	10.349	8.575	25.899	44.823
Poder público	10.477	33.286	2.818	46.581
Iluminação pública	10.737	5.430	1.381	17.548
Serviço público	828	25.923	7.322	34.073
	<u>455.309</u>	<u>308.021</u>	<u>334.629</u>	<u>1.097.959</u>
Fornecimento faturado				

d. Parcelamentos

30/06/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	233.944	1.389	105.786	341.119
Industrial	20.883	225	16.352	37.460
Comercial	42.177	374	22.108	64.659
Rural	183	32	17.790	18.005
Poder público	58.084	830	(25.313)	33.601
Iluminação pública	3.140	28	920	4.088
Serviço público	13.384	-	1.578	14.962
	<u>371.795</u>	<u>2.878</u>	<u>139.221</u>	<u>513.894</u>
Total do parcelamento				

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	268.511	18.906	49.806	337.223
Industrial	22.487	2.057	12.659	37.203
Comercial	43.657	3.429	10.928	58.014
Rural	12.200	966	3.478	16.644
Poder público	31.411	1.120	2.829	35.360
Iluminação pública	4.228	118	399	4.745
Serviço público	2.302	99	36	2.437
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
	388.492	31.894	95.886	516.272
Total do parcelamento	388.492	31.894	95.886	516.272

8 Contas a receber - Bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a junho de 2016, no montante de R\$64.099 bem como repasses a CCRBT, no montante devolvido de R\$21,15, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2015. Para o período findo em 30 de junho de 2016 não existe saldo a receber, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber foi de R\$104.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente e no valor de R\$ 4,50 para cada 100 kWh. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 a ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha (patamar 1) e em março a bandeira amarela, e no segundo trimestre a bandeira tarifária vigente foi a verde.

9 Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém em 30 de junho de 2016 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - "CCC" no montante de R\$157.211 (R\$221.298 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, produto da conversão da Medida Provisória nº 466/2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

10 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações desses custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de junho de 2016

	30/06/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(2.650)	10.585	7.935
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	68	9.478	9.546
Rede básica	1.236	5.764	7.000
Compra de energia	22.862	52.553	75.415
ESS - Encargos de serviço do sistema	(20.972)	(68.366)	(89.338)
	544	10.014	10.558
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia (a)	(11.274)	19.479	8.205
Exposição financeira	564	(55.056)	(54.492)
Eletro nuclear	356	-	356
Neutralidade	(192)	(49.440)	(49.632)
Outros	(1)	(53.690)	(53.691)
	(10.547)	(138.707)	(149.254)
Total	(10.003)	(128.693)	(138.696)

- (a) Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No segundo trimestre de 2015 o PLD teve média de R\$ 297,15 sendo superior ao segundo trimestre de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no período de 30 de junho de 2016, a CELPA teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$69,80; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores. Fatos que levam a constituição para o ano de 2016 de componente passivo, em relação a 2015.

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	25.006	1.284	26.290
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	618	-	618
Rede básica	7.572	819	8.391
Compra de energia	130.277	22.967	153.244
ESS - Encargos de serviço do sistema	(145.987)	(6.900)	(152.887)
	17.486	18.170	35.656
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(32.281)	(11.907)	(44.188)
Exposição financeira	7.784	4.739	12.523
Eletro nuclear	3.669	-	3.669
Neutralidade	(21.580)	(19.382)	(40.962)
Outros	10.487	(19.457)	(29.944)
	(52.895)	(46.007)	(98.902)
Total	(35.409)	(27.837)	(63.246)

A partir do 2º semestre de 2014 com o advento do OCPC08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme Nota 2, a Companhia passou

a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2015	Constituição	Atualização	Amortizações	30/06/2016
Parcela A					
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	26.290	(14.766)	2.030	(5.619)	7.935
PROINFA- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	618	9.023	454	(549)	9.546
Rede básica	8.391	4.662	478	(6.531)	7.000
Compra de energia - CVA (a)	153.244	73.965	8.423	(160.217)	75.415
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(152.887)	(16.598)	(7.835)	87.982	(89.338)
	<u>35.656</u>	<u>56.286</u>	<u>3.550</u>	<u>(84.934)</u>	<u>10.558</u>
Itens financeiros					
Sobrecontratação de energia (c)	(44.188)	23.159	79	29.155	8.205
Exposição financeira (d)	12.523	(59.837)	(1.921)	(5.257)	(54.492)
Eletronuclear (e)	3.669	-	-	(3.313)	356
Neutralidade (f)	(40.962)	(7.824)	(2.631)	1.785	(49.632)
Outros	(29.944)	5.623	-	(29.370)	(53.691)
	<u>(98.902)</u>	<u>(38.879)</u>	<u>(4.473)</u>	<u>(7.000)</u>	<u>(149.254)</u>
Total	<u>(63.246)</u>	<u>17.407</u>	<u>(923)</u>	<u>(91.934)</u>	<u>(138.696)</u>

	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.374	35.774	(9.576)	4.691	(5.973)	26.290
PROINFA- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	642	900	65	113	(1.102)	618
Rede básica	13.087	4.282	113	1.508	(10.599)	8.391
Compra de energia (a)	342.058	(66.995)	105.427	37.136	(264.382)	153.244
PIS/CONFINS	36.766	-	-	-	(36.766)	-
ESS - encargos de serviço do sistema (b)	(128.064)	(117.548)	14.351	(19.948)	98.322	(152.887)
	<u>265.863</u>	<u>(143.587)</u>	<u>110.380</u>	<u>23.500</u>	<u>(220.500)</u>	<u>35.656</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	171.123	(99.753)	(98.644)	2.668	(19.582)	(44.188)
Exposição financeira (d)	(6.265)	16.603	1.911	1.068	(794)	12.523
Eletronuclear (e)	10.287	-	5.493	-	(12.111)	3.669
Neutralidade (f)	(7.706)	(38.984)	(2.653)	-	8.381	(40.962)
Outros	935	(29.607)	(731)	-	(541)	(29.944)
	<u>168.374</u>	<u>(151.741)</u>	<u>(94.624)</u>	<u>3.736</u>	<u>(24.647)</u>	<u>(98.902)</u>
Total	<u>434.237</u>	<u>(295.328)</u>	<u>(15.756)</u>	<u>27.236</u>	<u>(245.147)</u>	<u>(63.246)</u>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministérios do Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (b) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados
- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição.
- (d) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.

- (e) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários
- (f) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 1940, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2015 com vigência até 27 de agosto de 2016. Ao calcular o reajuste, a Agência considera a variação de custos que a Companhia teve no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

11 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	30/06/2016	31/12/2015
INSS	165	-
PAEX a recuperar	42.799	40.798
ISS	-	9
Total	42.964	40.807
Não circulante		
ICMS	58.423	54.372
FINSOCIAL	2.286	2.247
Total	60.709	56.619

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante	30/06/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicação financeira	45.882	26.472
IRPJ/CSLL a restituir (a)	15.362	23.228
Total	61.244	49.700
Não circulante		
IRPJ/CSLL a restituir (a)	40.998	39.661
Total	40.998	39.661

- (a) Os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. Os valores registrados no não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009.

12 Outros créditos a receber

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	663	518
Adiantamento a fornecedores	7.814	4.898
Alienação de bens e direitos	839	1.779
Crédito ressarcimento de energia	3.764	3.262
Créditos em conta de energia elétrica	714	3.311
Despesas pagas antecipadamente	3	5.261
Outros créditos a receber (c)	29.739	24.362
Total	43.536	43.391
Não circulante		
Valores a liberar (a)	16.140	16.140
Caução em garantia (b)	52.166	58.842
Outros créditos a receber (c)	8	10
Total	68.314	74.992

- (a) Refere-se ao saldo do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- (b) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (c) Dos R\$ 29.747 de outros créditos a receber, tem-se como principal composição R\$ 16.947 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado, R\$ 627 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, e R\$ 12.173 refere-se a outras contas a receber.

13 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	30/06/2016
Ativo financeiro	1.945.580	107.630	36.318	(1.079)	2.088.449
Obrigações especiais (b)	<u>(531.553)</u>	<u>(31.186)</u>	<u>(108.883)</u>	<u>-</u>	<u>(671.622)</u>
Total	<u><u>1.414.027</u></u>	<u><u>76.444</u></u>	<u><u>(72.565)</u></u>	<u><u>(1.079)</u></u>	<u><u>1.416.827</u></u>

	31/12/2014	Atualização do ativo financeiro (a)	Ajuste VNR (c)	Capitalização	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	1.370.962	174.632	(32.876)	442.105	(9.243)	1.945.580
Obrigações especiais (b)	<u>(461.145)</u>	<u>(49.669)</u>	<u>(61)</u>	<u>(34.669)</u>	<u>13.991</u>	<u>(531.553)</u>
Total	<u><u>909.817</u></u>	<u><u>124.963</u></u>	<u><u>(32.937)</u></u>	<u><u>407.436</u></u>	<u><u>4.748</u></u>	<u><u>1.414.027</u></u>

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.

(c) Ajuste do valor novo de reposição (VNR)

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referente ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

14 Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL n° 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL n° 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL n° 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa ANEEL n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL n° 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$194.004 (R\$163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$321.992 (R\$348.129 em 31 de dezembro de 2015) e R\$22.374 referente à interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 30/06/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	46.710	(30.092)	2.930	62.998
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	<u>22.374</u>	-	-	1.024	<u>23.398</u>
Total	<u>65.824</u>	<u>46.710</u>	<u>(30.092)</u>	<u>3.954</u>	<u>86.396</u>

15 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

30/06/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,65%	4.929.509	(2.018.505)	(992.936)	1.918.068
Em curso		<u>747.324</u>	-	<u>(293.579)</u>	<u>453.745</u>
Total		<u>5.676.833</u>	<u>(2.018.505)</u>	<u>(1.286.515)</u>	<u>2.371.813</u>
31/12/2015					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,28%	4.886.794	(1.878.063)	(905.434)	2.103.297
Em curso		<u>479.264</u>	-	<u>(431.197)</u>	<u>48.067</u>
Total		<u>5.366.058</u>	<u>(1.878.063)</u>	<u>(1.336.631)</u>	<u>2.151.364</u>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01. Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	30/06/2016
Em serviço	4.886.794	-	(3.093)	45.808	4.929.509
(-) Amortização	<u>(1.878.063)</u>	<u>(142.128)</u>	<u>1.686</u>	<u>-</u>	<u>(2.018.505)</u>
Total em serviço	3.008.731	(142.128)	(1.407)	45.808	2.911.004
Em curso	<u>479.264</u>	<u>350.186</u>	<u>-</u>	<u>(82.126)</u>	<u>747.324</u>
Total em curso	479.264	350.186	-	(82.126)	747.324
Obrigações especiais (b)	(1.707.060)	(105.264)	1.737	108.883	(1.701.704)
(-) Amortização	<u>370.429</u>	<u>44.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>415.189</u>
Total em obrigações especiais	<u>(1.336.631)</u>	<u>(60.504)</u>	<u>1.737</u>	<u>108.883</u>	<u>(1.286.515)</u>
Total	<u>2.151.364</u>	<u>147.554</u>	<u>330</u>	<u>72.565</u>	<u>2.371.813</u>

	31/12/2014	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2015
Em serviço	4.448.549	-	(147.708)	585.953	4.886.794
(-) Amortização	<u>(1.697.099)</u>	<u>(288.133)</u>	<u>107.169</u>	<u>-</u>	<u>(1.878.063)</u>
Total em serviço	2.751.450	(288.133)	(40.539)	585.953	3.008.731
Em curso	<u>848.829</u>	<u>700.396</u>	<u>(41.903)</u>	<u>(1.028.058)</u>	<u>479.264</u>
Total	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Obrigações especiais (b)	(1.583.914)	(213.840)	56.025	34.669	(1.707.060)
(-) Amortização	<u>267.273</u>	<u>103.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>370.429</u>
Total em obrigações especiais	<u>(1.316.641)</u>	<u>(110.684)</u>	<u>56.025</u>	<u>34.669</u>	<u>(1.336.631)</u>
Total	<u>2.283.638</u>	<u>301.579</u>	<u>(26.417)</u>	<u>(407.436)</u>	<u>2.151.364</u>

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão.

- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/06/2016	31/12/2015
Obras em andamento	580.577	330.567
Materiais em depósito	120.445	94.963
Adiantamento a fornecedores	<u>46.302</u>	<u>53.734</u>
Total	<u><u>747.324</u></u>	<u><u>479.264</u></u>

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

16 Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	192.728	292.141
Encargos de uso da rede elétrica	9.214	10.226
Materiais e serviços	308.105	145.408
Aquisição de combustível	(4.119)	112.544
Retenção contratual de fornecedores	<u>-</u>	<u>5.421</u>
Total	<u><u>505.928</u></u>	<u><u>565.740</u></u>

No período até 30 de junho de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 65,01 por MWh (R\$MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016.

17 Empréstimos e financiamentos

		30/06/2016		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro nacional	7,74%	548	58.944	59.492
CCBI ITAÚ	1,99%	224.898	-	224.898
CCBI CITIBANK	8,79%	82.657	280.792	363.449
SANTANDER	4,20%	80.825	-	80.825
Subtotal		388.928	339.736	728.664
Total em moeda estrangeira		388.928	339.736	728.664
Moeda nacional				
ELETROBRÁS	6,89%	8.054	47.167	55.221
SAFRA - FINAME	11,43%	2	-	2
IBM	15,31%	23.728	24.544	48.272
GUANABARA	14,21%	2.051	2.705	4.756
BNDES	9,27%	66.193	577.146	643.339
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	35.700	35.700
Subtotal		100.028	687.262	787.290
(-) Custo de captação		(744)	(3.034)	(3.778)
Total moeda nacional		99.284	684.228	783.512
Total		488.212	1.023.964	1.512.176
		31/12/2015		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro nacional	6,20%	2.510	75.874	78.384
CCBI ITAÚ	2,34%	137.638	135.645	273.283
CCBI CITIBANK	6,11%	196.902	243.993	440.895
SANTANDER	3,30%	151.100	-	151.100
Subtotal		488.150	455.512	943.662
(-) Custo de captação		(699)	-	(699)
Total em moeda estrangeira		487.451	455.512	942.963
Moeda nacional				
ELETROBRÁS	6,89%	8.054	51.195	59.249
SAFRA - FINAME	11,32%	274	-	274
IBM	14,35%	28.344	25.870	54.214
GUANABARA	14,79%	2.055	3.719	5.774
BNDES	11,01%	73.338	516.823	590.161
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	34.663	34.663
Subtotal		112.065	632.270	744.335
(-) Custo de captação		(736)	(2.975)	(3.711)
Total moeda nacional		111.329	629.295	740.624
Total		598.780	1.084.807	1.683.587

Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$1.512.176 (R\$1.683.587 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$488.212 de curto prazo e R\$1.023.964 de longo prazo (R\$598.780 de curto prazo e R\$1.084.807 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015) a um custo médio de 7,81% a.a., equivalente a 54,95% do CDI (de 7,3% a.a., equivalente a 54,96% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	488.212	32,3%	598.780	35,6%
2017	118.086	7,8%	288.427	17,1%
2018	295.665	19,6%	297.165	17,7%
2019	163.276	10,8%	110.702	6,6%
2020	123.953	8,2%	110.155	6,5%
Após 2020	326.018	21,6%	281.333	16,7%
Subtotal	1.026.998	67,9%	1.087.782	64,6%
Custo de captação (não circulante)	(3.034)	-0,2%	(2.975)	-0,2%
Não circulante	1.023.964	67,7%	1.084.807	64,4%
Total geral	1.512.176	100%	1.683.587	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587
Ingressos	-	92.147	-	-	92.147
Encargos	15.562	1.037	11.705	-	28.304
Varição monetária e cambial	16.981	5.062	(15.337)	(143.730)	(137.024)
Transferências	43.035	(43.035)	(27.954)	27.954	-
Amortização de principal	(58.116)	-	(55.034)	-	(113.150)
Pagamentos de juros	(29.716)	-	(12.603)	-	(42.319)
Custo de captação	209	(278)	700	-	631
Saldo em 30 de junho de 2016	99.284	684.228	388.928	339.736	1.512.176

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	274.574	125.000	493.613	893.187
Encargos	40.068	3.216	18.029	-	61.313
Varição monetária e cambial	1.457	10.484	71.046	209.446	292.433
Transferências	99.907	(99.907)	296.082	(296.082)	-
Amortização de principal	(179.502)	-	(542.751)	-	(722.253)
Pagamentos de juros	(28.587)	-	(15.879)	-	(44.466)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Custo de captação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587

- (a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, estes foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$52.166 (R\$58.520 em 31 de dezembro de 2015).

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Encargos sociais e outros	8.149	-	7.948	-
Contribuição social sobre lucro	-	-	13.462	-
ICMS	181.619	14.475	177.799	30.316
PIS e COFINS	28.744	-	25.714	-
Outros	5.970	20.791	6.247	19.289
Total	224.482	35.266	231.170	49.605

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

19.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição dos tributos diferidos:

	30/06/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(82.860)	(88.326)
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (a)	(12.186)	24.785
Total	(95.046)	(63.541)

(a) A composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	61.266	66.194
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	53.677	151.003
Provisão fundo de pensão	11.015	12.484
Depreciação acelerada	(6.414)	6.332
AVP- Ajuste a valor presente	(143.157)	(149.032)
VNR e atualização do ativo financeiro	(49.790)	(23.802)
Swap	38.745	(73.949)
Provisão para participação nos lucros	7.171	10.840
Outras	15.301	24.715
Total	(12.186)	24.785

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de junho de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$200.008 (R\$203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição.

19.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de junho de 2016 e de 2015, é conforme demonstrada a seguir:

	30/06/2016		30/06/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	178.721	178.721	633.434	633.434
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	44.680	16.085	158.359	57.009
Adições:				
Provisão para contingências	45.049	16.218	46.626	16.785
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	17.304	6.229
Ajuste a valor presente	4.320	1.555	23.642	8.511
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	4.019	1.447	10.136	3.649
Provisão fundo de pensão	8.099	2.916	11.942	4.299
Provisão para participação nos lucros	5.273	1.898	-	-
Variação de Swap	80.816	29.094	-	-
Atualização do ativo financeiro	7.796	2.807	-	-
Outras despesas não dedutíveis	10.153	3.654	17.300	6.229
	165.525	59.589	126.950	45.702
Exclusões:				
Provisão para contingências	(48.672)	(17.522)	(67.947)	(24.461)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(71.564)	(25.763)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(122.857)	(44.229)
Provisão fundo de pensão	(9.179)	(3.305)	-	-
Provisão para participação nos lucros	(7.970)	(2.869)	-	-
Atualização do ativo financeiro	(26.905)	(9.686)	-	-
Variação de Swap	2.047	737	-	-
Outras provisões não dedutíveis	(16.662)	(5.993)	(55.338)	(19.917)
Depreciação acelerada	(12.746)	-	-	-
Total	(191.651)	(64.401)	(246.142)	(88.607)
IRPJ e CSLL	18.555	11.273	39.166	14.104
Compensação base negativa de CSLL	-	(3.382)	-	(4.231)
Incentivo prorrogação licença-maternidade	(39)	-	(728)	-
Incentivo PAT	(446)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	18.070	7.891	38.439	9.873
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	10,11%	4,42%	6,07%	1,56%
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	(18.806)	(6.767)
Ativo fiscal diferido	26.540	4.966	119.190	42.905
Provisão para realização do ativo fiscal diferido	-	-	(38.439)	-
(+) IRPJ Subvenção governamental	(18.070)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	26.540	12.857	100.384	46.011
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	14,85%	7,19%	15,85%	7,26%

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 30 de junho de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$24.093.

20 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2013, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 30 de junho de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$21.092 (R\$31.882 em 31 de dezembro de 2015).

21 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	92.401	(112.668)	(20.267)	91.181	(108.623)	(17.442)
Trabalhistas	4.055	-	4.055	99.594	(35.195)	64.399
Regulatórias	83.740	(35.813)	47.927	3.913	-	3.913
Total	180.196	(148.481)	31.715	194.688	(143.818)	50.870
Circulante	87.876	(6.345)	81.531	99.115	(2.306)	96.809
Não circulante	92.320	(142.136)	(49.816)	95.573	(141.512)	(45.939)

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 61.996 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	<u>31/12/2015</u>		<u>30/06/2016</u>			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização (1)	Reversão de Provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	91.181	8.494	(930)	(9.369)	3.025	92.401
Trabalhistas	99.594	30.813	(6.278)	(45.576)	5.187	83.740
Regulatórias	3.913	-	-	-	142	4.055
Total	194.688	39.307	(7.208)	(54.945)	8.354	180.196

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização (1)	Reversão de Provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	84.057	9.975	(1.923)	(8.420)	7.492	91.181
Trabalhistas	91.918	3.390	(2.685)	(3.123)	10.094	99.594
Regulatórias	8.336	1.994	(5.113)	(1.834)	530	3.913
Total	184.311	15.359	(9.721)	(13.377)	18.116	194.688

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no período.
(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 11.326 processos cíveis, sendo que 8.687 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia contempla provisão de R\$ 92.401 (R\$91.181 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 337.256 (R\$377.853 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são devolução de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 94 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.182 (R\$16.182 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.189 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam duas ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 13 (treze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Foi celebrado acordo no processo do Sindicato dos Engenheiros para ser pago na forma do plano de Recuperação Judicial, o que vem sendo cumprido regularmente. O processo do Sindicato dos trabalhadores possui provisão no valor de R\$ 50.111, valor este suficiente para fazer frente à sua liquidação.

As informações trimestrais finda em 30 de junho de 2016 contemplam provisão de R\$ 87.739 (R\$99.594 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 84.914 (R\$71.251 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Regulatórias

Atualmente, a Companhia possui um processo de infração em tramitação na ANEEL que totaliza R\$2.061 e dois autos de infração a serem lavrados pela Agência, oriundos de fiscalizações recorrentes para os quais o cálculo da multa estimada totaliza R\$1.994, totalizando o saldo de R\$4.055. Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$39.000 em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

22 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Natureza da operação	Vencimento	30/06/2016		31/12/2015		30/06/2015	
			Passivo	Receita/despesa	Passivo	Receita/despesa	Passivo	Receita/despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de créditos (a)	31/08/2026	220.485	(14.190)	206.053	(16.524)		
	Mútuo (b)	02/05/2017	102.487	(12.098)	102.464	6.692		
Total			322.972	-	308.517	-		
Circulante			315.188	-	258.656	-		
Não circulante			7.784	-	49.861	-		

- (a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. Conforme dispositivos do pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu o AVP de R\$6.144 utilizando como taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia (saldo em 30 de junho de 2016, R\$5.660). Em relação ao perfil, tem-se R\$212.702 com vencimento no curto prazo, e R\$7.783 no longo prazo, sendo o último vencimento em 30/06/2028.
- (b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com vencimento final em 2 de maio de 2017, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total com o pessoal-chave da Administração foi fixada em até R\$ 13.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016:

Conselho de Administração		
Remuneração fixa:		100%
Diretoria		
Remuneração fixa:		45%
Remuneração variável:		55%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no trimestre

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	7	8	15
Remuneração fixa anual	126	1.361	1.487
Salário ou pró-labore	126	1.210	1.336
Benefícios diretos e indiretos	-	151	151
Remuneração variável	-	1.685	1.685
Bônus	-	1.685	1.685
Benefícios pós-emprego	-	56	56
Valor total da remuneração por órgão	<u>126</u>	<u>3.102</u>	<u>3.228</u>

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A., como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	234.697
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	4.811
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	6.223
Banco Guanabara - (Cpaital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	4.755
Banco IBM (Capital de Giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	15.715
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	345.868
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	290.000	297.470
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)- USS\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	224.898
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI) - USS\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	363.449
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	19.390
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	80.825
Banco IBM (Capital de Giro)	2.147	100	16/05/2016	16/11/2019	2.147	2.132
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	341	100	18/11/2015	18/11/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Oscar Dias)	410	100	27/08/2015	27/08/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial -Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.814.0005)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.814.0301)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	36.467	100	09/09/2015	09/09/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	79	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Civil)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Exceção Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000001-71.1998.14.0007 -Antônio Pereira Lobo)	3.920	100	14/06/2016	14/06/2018	N/A	N/A
Total	2.410.324				1.636.526	1.600.233

23 Valores a pagar da recuperação judicial

a. Composição da dívida.

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Credores operacionais (a)	76.184	75.531
Encargos setoriais (b)	29.853	26.894
(-) Ajuste a valor presente (d)	<u>(14.959)</u>	<u>(10.979)</u>
Total circulante	<u>91.078</u>	<u>91.446</u>
Não circulante		
Credores operacionais (a)	98.935	138.683
Encargos setoriais (b)	14.926	34.548
Intragrupos (c)	71.428	69.413
Credores financeiros	1.199.190	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	<u>(425.901)</u>	<u>(446.442)</u>
Total não circulante	<u>958.578</u>	<u>995.599</u>
Total	<u>1.049.656</u>	<u>1.087.045</u>

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	<u>91.078</u>	<u>8,7%</u>	<u>91.446</u>	<u>8,4%</u>
2017	51.042	4,9%	134.526	12,4%
2019	-	0,0%	3.680	0,3%
2020	-	0,0%	3.394	0,3%
Após 2020	<u>907.536</u>	<u>86,5%</u>	<u>853.999</u>	<u>78,6%</u>
Não circulante	<u>958.578</u>	<u>91,32%</u>	<u>995.599</u>	<u>91,6%</u>
Total geral	<u>1.049.656</u>	<u>100%</u>	<u>1.087.045</u>	<u>100%</u>

b. Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2015	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente (d)	Saldo em 30/06/2016
Credores operacionais (a)	172.168	-	(39.094)	4.108	137.182
Encargos setoriais (b)	53.803	2.745	(12.741)	243	44.050
Intragrupo (c)	41.055	2.014	-	756	43.825
Credores financeiros	<u>820.019</u>	<u>(6.874)</u>	-	<u>11.454</u>	<u>824.599</u>
Total	<u>1.087.045</u>	<u>(2.115)</u>	<u>(51.835)</u>	<u>16.561</u>	<u>1.049.656</u>

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de junho de 2016

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente (d)	Saldo em 31/12/2015
Credores operacionais							
(a)	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais (b)	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intragrupo (c)	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, PROINFA e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da Companhia do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela Companhia, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a companhia realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$395.292, sendo R\$404.983 de empréstimos e financiamentos, (R\$26.206) de credores operacionais, R\$15.300 de intragrupos e R\$1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12. Em 30 de junho de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$440.861, sendo R\$374.592 de empréstimos e financiamentos, R\$37.936 de credores operacionais, R\$27.603 de intragrupos, e R\$729 de encargos setoriais (Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$457.421, sendo R\$386.045 de empréstimos e financiamentos, R\$42.045 de credores operacionais, R\$28.359 de intragrupos, e R\$972 de encargos setoriais).

24 Outras contas a pagar

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamento de consumidores (a)	53.359	34.403
ANEEL - autos de infração (b)	12.161	12.531
Convênios de arrecadação	481	1.952
Encargos tarifários	2.037	1.234
Entidades seguradoras	-	203
Multas regulatórias (c)	44.848	59.222
Outras contas a pagar (d)	38.972	46.059
Total circulante	151.858	155.604
Não circulante		
ANEEL - autos de infração (b)	24.637	29.058
Questionamentos tributários - CCC (e)	269.519	246.915
Outras contas a pagar (d)	25.763	23.455
Total não circulante	319.919	299.428
Total	471.777	455.032

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.

- (b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (c) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial.
- (d) Dos valores de outras contas a pagar de curto prazo, R\$38.972, temos como principal composição R\$14.436 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.
- (e) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 30 de junho em 2016 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2016 é de R\$1.521.740 (R\$1.521.740 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Eletróbrás	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100,00%

25.2 Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2015	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	30/06/2016
Reserva de reavaliação	259.782	(15.580)	(614)	116	243.704
Encargo tributário	(88.326)	-	5.467	-	(82.859)
Total	171.456	(15.580)	4.853	116	160.845

	31/12/2014	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2015
Reserva de reavaliação	320.304	(32.680)	-	(27.842)	259.782
Encargo tributário	(108.903)	-	20.577	-	(88.326)
Total	211.401	(32.680)	20.577	(27.842)	171.456

25.3 Reservas de lucros

a. *Reserva legal*

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho 2016 o saldo desta reserva é de R\$6.394 (R\$6.394 em 31 de dezembro de 2015).

b. *Reserva de incentivos fiscais*

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no período findo em 30 de junho de 2016 é de R\$52.028 (R\$52.028 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75%no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c. *Reserva de investimento*

Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 30 de junho de 2016, o saldo dessa reserva é de R\$87.143 (R\$87.143 em 31 de dezembro de 2015).

d. *Reserva de dividendos adicionais*

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 30 de junho de 2016, o saldo desta reserva estava zerado (R\$4.900 em 31 de dezembro de 2015).

26 Receita operacional

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

30/06/2016			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.033.543	1.728.166	1.150.087
Industrial	4.406	741.703	282.418
Comercial	172.962	868.306	587.140
Rural	135.825	111.517	55.252
Poder público	19.429	250.075	180.542
Iluminação pública	507	250.336	95.082
Serviço público	2.119	127.684	38.044
Consumo próprio	348	13.172	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	-	-	5.590
Subvenção CDE - outros	-	-	44.258
Suprimento CCEE	-	-	86.301
Baixa renda	-	-	73.044
Transf. p/ obrigações especiais - ultrapassagem demanda/excedente de reativos	-	-	(20.050)
Receita de construção	-	-	350.186
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	231
Outras	-	-	16.061
Total	2.369.139	4.090.959	2.944.186
30/06/2015			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.931.883	1.559.386	1.002.627
Industrial	4.000	804.160	315.464
Comercial	163.502	824.777	572.158
Rural	120.663	95.916	47.161
Poder público	18.389	228.394	149.021
Iluminação pública	449	209.720	85.483
Serviço público	1.873	119.920	50.297
Consumo próprio	295	16.320	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	-	-	12.493
Subvenção CDE - outros	-	-	29.352
Suprimento CCEE	-	-	9.812
Baixa renda	-	-	68.580
Transf. p/ obrigações especiais - ultrapassagem demanda/excedente de reativos	-	-	(16.828)
Receita de construção	-	-	324.410
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	200.703
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)
Outras	-	-	15.457
Total	2.241.054	3.858.594	2.829.424

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

27 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Fornecimento de energia elétrica	2.441.790	2.437.900
Receita operacional	2.388.139	2.252.046
Remuneração financeira WACC (a)	53.420	21.917
Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (b)	231	163.937
Receita pela disponibilidade - uso da rede	5.590	12.493
Suprimento de energia elétrica (c)	86.301	9.812
Subvenção CDE - Outros	44.258	29.352
Receita de construção (d)	350.186	324.410
Outras receitas	<u>16.061</u>	<u>15.457</u>
Receita bruta operacional	2.944.186	2.829.424
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(550.147)	(509.289)
PIS e COFINS	(223.622)	(228.362)
Encargos do consumidor	(22.555)	(12.759)
ISS	(435)	(366)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(176.747)	(73.339)
Deduções à receita operacional	<u>(973.506)</u>	<u>(824.115)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.970.680</u>	<u>2.005.309</u>

- (a) O aumento da remuneração financeira WACC é referente ao processo de revisão tarifária, realizado em agosto/2015. Conforme Notas Técnicas nºs 240/2012 e 198/2015-SGT/ANEEL, a base de remuneração líquida sofreu um aumento de 100% no período.
- (b) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos Contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a orientação técnica - OCPC 08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.
- (c) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde em agosto de 2015, ocorreu a devolução do pagamento da liminar de Jirau, cujos valores foram registrados na liquidação de julho de 2015, onde a contrapartida esta na linha de energia elétrica de curto prazo.
- (d) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (e) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$92.902 refere-se a empréstimo ACR e R\$83.845 de quota CDE e quota Tesouro.

28 Custos do serviço e despesas operacionais

30/06/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	24.963	14.347	30.902	70.212
Material	(533)	1.650	505	1.622
Serviço de terceiros	96.217	45.865	42.157	184.239
Energia elétrica comprada para revenda	942.133	-	-	942.133
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	76.981	-	-	76.981
Custo de construção	350.186	-	-	350.186
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	58.608	-	58.608
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(4.197)	(4.197)
Depreciação amortização	71.471	-	-	71.471
Arrendamentos e aluguéis	9.939	1.107	1.628	12.674
Subvenção - CCC	7.053	-	-	7.053
Outros	263	(2.391)	128	(2.000)
Total	1.578.673	119.186	71.123	1.768.982

30/06/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	40.674	12.242	20.162	73.078
Material	1.548	875	538	2.961
Serviço de terceiros	72.902	62.533	23.676	159.111
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	2.459	-	-	2.459
Energia elétrica comprada para revenda	1.114.006	-	-	1.114.006
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	56.008	-	-	56.008
Custo de construção	324.410	-	-	324.410
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	46.731	-	46.731
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(214)	(214)
Depreciação e amortização	42.098	-	-	42.098
Arrendamentos e aluguéis	9.139	259	1.956	11.354
Subvenção - CCC	(10.277)	-	-	(10.277)
Recuperação de despesas	-	(13.807)	-	(13.807)
Outros	(16.000)	13.180	10.852	8.032
Total	1.636.967	122.013	56.970	1.815.950

29 Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Energia de leilão	3.754.713	2.861.558	(782.410)	(680.567)
Contratos Eletronuclear	139.854	142.799	(15.999)	(31.338)
Contratos cotas de garantias	1.881.462	1.603.166	(56.049)	(44.490)
Encargo de serviço de sistema - ESS	-	-	(36.776)	-
Energia de curto prazo - CCEE (a)	(395.300)	636.357	(113.829)	(423.519)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	86.066	90.654	(31.319)	(22.295)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	(76.981)	(56.008)
Energia bilateral	112.901	112.658	-	(23.088)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	94.249	111.291
Total	<u>5.579.696</u>	<u>5.447.192</u>	<u>(1.019.114)</u>	<u>(1.170.014)</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No primeiro trimestre de 2016, as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (a) No período até 30 de junho de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) a redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado *spot*, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 65,01 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda;

30 Resultado financeiro

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	56.525	20.351
Valores a receber da parcela A (a)	15.369	22.467
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	50.566
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	45.125	64.156
Receita financeira de AVP	-	401.436
Variação monetária e cambial da dívida	163.982	107.881
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.738)	-
Atualização do ativo financeiro (d)	107.619	140.250
Atualização sub-rogação CCC	-	41.941
Atualização CDE	-	24.752
Descontos obtidos	2.424	5.994
Juros ativos	-	3.075
Outras receitas	16.669	13
	<hr/>	<hr/>
Total das receitas financeiras	401.975	882.882
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver da parcela A (a)	(16.292)	(10.015)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(203.084)	-
Variação monetária e cambial da dívida	(55.262)	(236.820)
Encargos da dívida	-	(42.069)
Atualização de contingência	(12.351)	(9.353)
Multas regulatórias	(667)	-
Atualização do ativo financeiro (d)	(31.185)	-
Despesa financeira de AVP	(17.280)	(4.574)
Encargos com parte relacionada	(17.902)	(29.360)
Juros, multas e atualizações sobre operações com energia	(2.013)	(3.643)
Juros passivos	(21.402)	(12.686)
Outras despesas	(6.864)	(19.035)
	<hr/>	<hr/>
Total das despesas financeiras	(384.302)	(367.555)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro	17.673	515.327

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No 1º trimestre de 2016 o dólar acumulou uma queda de 9%, fazendo com que o *Swap* tivesse um resultado de despesa, contra uma alta de 20% do dólar no 1º trimestre de 2015, gerando despesa.
- (c) A variação apresentada decorre substancialmente da queda do contas a receber de parcelamento, influenciado pela variação do consumo não registrado - CNR, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta uma queda de 78%.
- (d) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 13).

31 Entidade de previdência privada

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do trimestre findo em 30 de junho de 2016, esse valor corresponde a R\$1.481 (R\$1.618 em 30 de junho de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;
- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.
- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit técnico do plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA “R”, em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por invalidez ou morte

Plano de Benefícios CELPA R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte
- Abono anual

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA.

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com co-participação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho(a), Enteado(a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado(a) solteiro(a) com até 24 anos de idade ou, se inválido(a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Plano odontológico Uniodont

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodont Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

32 Instrumentos financeiros

32.1 Considerações gerais

A Administração dos instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

32.2 Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

32.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e dezembro de 2015 estão identificados conforme a seguir:

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de junho de 2016

	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido até o vencimento	45.780	45.780	40.860	40.860
Investimentos de curto prazo	Mantidos até o vencimento	772.550	772.550	757.774	757.774
Contas a receber de clientes	Mantido até o vencimento	1.517.964	1.517.964	1.446.600	1.446.600
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	148.481	148.481	143.818	143.818
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	-	-	217.498	217.498
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Mantido até o vencimento	86.396	86.396	65.824	65.824
Ativo financeiro da concessão	Mantido até o vencimento	1.416.827	1.416.827	1.414.027	1.414.027
Total do ativo		3.987.997	3.987.997	4.086.401	4.086.401
Passivos financeiros					
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	505.928	505.928	565.740	565.740
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.512.177	1.512.177	1.683.587	1.683.587
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	322.972	322.972	308.517	308.517
Instrumento financeiro derivativo	Ativos financeiros ao valor justo	113.957	113.957	-	-
Total do passivo		2.455.034	2.455.034	2.557.844	2.557.844

- **Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 1.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados como instrumentos derivativos e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

32.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

32.5 Fatores de risco (gerenciamento dos riscos financeiros) - Instrução CVM nº 475

- O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.
- As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.
- O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 44,9%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

32.6 Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(359.935)	(600.776)	(841.616)	(119.095)	121.745
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/06/2016	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,21	4,01	4,81	2,41	1,60

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Valor justo		
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	30/06/2016	31/12/2015
SWAP			
Ponta ativa	US\$	12.124	255.564
Ponta passiva	CDI	(126.081)	(38.066)
Total		(113.957)	217.498
Ativo		-	217.498
Passivo		(113.957)	-

(i) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II		Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
			+ 25%	+ 50%		
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	39.455	49.318	59.182	29.591	19.727
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	CDI	(3.844)	(17.101)	(30.358)	9.413	22.670
	TJLP	(12.670)	(80.424)	(148.177)	55.083	122.837
	IGPM	(15.047)	(73.391)	(131.735)	43.298	101.642
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 30/06/2016	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		14,21	17,76	21,32	10,66	7,11
TJLP (% acumulado ano)		7,21	9,01	10,82	5,41	3,61
IGP-M (% acumulado ano)		12,21	15,26	18,32	9,16	6,11
IPCA (% acumulado ano)		8,84	11,05	13,26	6,63	4,42

O Impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(345.978)	(259.290)
Cenário III	(691.955)	(523.098)
Cenário IV	345.978	423.630
Cenário V	691.955	851.777

(iii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(iv) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas.

32.7 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/EBITDA
- Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

33 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2016	2017	2018	Após 2018
Energia contratada	2016 a 2042	2.306.607	2.211.946	2.517.923	53.283.354

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

34 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos operacionais	31/12/2016	293.945
Automóvel (a)	31/12/2016	-
Automóvel (b)	31/12/2016	-
Seguro garantia judicial (c)	-	111.063
Seguro garantia de leilão (d)	-	1.047

- (a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.
- (b) 54 Hilux próprias, conforme apólice.
- (c) Apólices vigentes até JAN/2021
- (d) Apólices vogenes até JUN/2017

34.1 Eventos subsequentes

Reajuste Tarifário 2016

O Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio foi estabelecido em 13,37% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos Componentes Financeiros na tarifa, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 7,55%.

Reajuste Tarifário Anual 2016	
IRT Econômico	13,37%
Inclusão de Comp. Financeiros ano corrente	-2,50%
Exclusão de Comp. Financeiros ano corrente	-3,32%
Efeito Médio ao consumidor	7,55%

A parcela B teve um reajuste de 10,36%, influenciado pelo IGP-M do período de referência que foi de 11,63%, menos o Fator X de 1,27%, sendo que a componente Q do Fator X, no valor de -0,44%, contribui positivamente no resultado, e com isto a Parcela “B” homologada alcançou o valor de R\$ 1.607 milhões.

Com relação ao reajuste da Parcela A, o Pmix da compra de energia teve um aumento de 20,73%, resultando no custo médio de R\$ 173,52 por MWh. Destaca-se o aumento do preço das cotas (70,36%) como um dos principais motivos para essa elevação.

Adicionalmente, foram estabelecidos os valores dos repasses mensais pela Eletrobrás à CELPA de R\$ 8.323.359,35 a título de Subvenção CDE - Descontos Tarifários.

O valor final do reajuste homologado teve efeito de liminar constante no Processo nº 44378-02.2016.4.01.3400 da 3ª Vara Federal, onde a ANEEL cumpriu a determinação da justiça de considerar toda a exposição da CELPA em 2014 como involuntária, excluindo qualquer efeito de financeiros negativos no reajuste da empresa até a decisão final do processo. A liminar obtida teve o efeito de impedir a classificação de parte dessa exposição como voluntária.

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação foi realizada em 05 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$100.000 e vencimento em maio/2020.

Segunda emissão de debêntures

Em 10 de agosto de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de até R\$90.000 e vencimento em janeiro/2024.

* * *

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PA

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2016 - A Equatorial Energia S.A. (BM&FBOVESPA: EQTL3) anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2016 (2T16 e 1S16).

A Equatorial é uma empresa holding que possui investimentos na (CEMAR), na CELPA, na Geramar e na 55 Soluções. No segmento de distribuição, a Equatorial possui 65,11% da CEMAR, concessionária que atua em todo o estado do Maranhão e 96,50% da CELPA, concessionária que atua em todo o estado do Pará. A Equatorial também detém 25% do capital total da Geramar, sociedade responsável pela operação de 2 usinas térmicas no Maranhão, com capacidade instalada de 330MW. No segmento de prestação de serviços, a Equatorial detém 100% da 55 Soluções, que por sua vez detém 51% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica. As informações não financeiras da Equatorial Energia e de suas controladas, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT), as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

ENERGIA FATURADA DE CEMAR E CELPA CRESCE 7,3% E 13,3%, RESPECTIVAMENTE. PERDAS TOTAIS NA CELPA ATINGEM 28,6%.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ **Robusto Crescimento de Energia Faturada:** O volume total de energia distribuída da CEMAR atingiu 1.527 GWh no 2T16, 7,3% superior ao 2T15. O volume total distribuído pela CELPA (mercados cativo e livre) somou 2.124 GWh no 2T16, o que representa um aumento de 13,3% ao 2T15.
- ▶ **Robusto Crescimento de EBITDA:** No 2T16, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 321 milhões, versus R\$ 253 milhões no 2T15, aumento de 26,7%.
- ▶ O Lucro Líquido Ajustado do trimestre foi de R\$ 180 milhões, crescimento de 29,0% em relação ao ano anterior.
- ▶ No 2T16, os investimentos consolidados da Equatorial totalizaram R\$ 345 milhões e foram 62,2% maiores do que os realizados no 2T15.
- ▶ **Melhoria dos Indicadores de Qualidade:** No 2T16, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 13,8 horas e 7,4 vezes respectivamente, melhorias de 1,3% e 7,0%. Na CELPA, o DEC encerrou o período com melhora de 4,3% e o FEC aumento de 0,2% em relação ao último trimestre.
- ▶ **Redução de Perdas em ambas as Companhias:** Na CEMAR, as perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no 2T16 representaram 17,7% da energia requerida. Na CELPA, as perdas totais encerraram o trimestre em 28,6% da energia requerida, queda de 1,3 p.p..
- ▶ **Reajuste Tarifário da Celpa / Mudança nas Perdas Regulatórias:** A partir de 07 de agosto as tarifas da Celpa foram reajustadas em 7,55% (efeito médio ao consumidor). Neste reajuste, a meta de perdas regulatórias totais sobre energia requerida aumentou para 26,8% (de 26,0%).
- ▶ **Premiação:** Em sua 18ª edição, realizada neste ano, a Cemar foi uma das vencedoras do Prêmio Abradee Nacional para empresas com mais de 500 mil consumidores. Além desta premiação, a Cemar foi reconhecida nas categorias Qualidade da Gestão, Gestão Econômico-Financeira e Evolução do Desempenho.

Destques Financeiros (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Receita operacional líquida (ROL)	1.719	1.734	1.732	0,7%	3.397	3.466	2,0%
EBITDA ajustado (trimestral)	253	236	321	26,7%	481	557	15,8%
EBITDA ajustado (últ.12 meses)	999	1.193	1.256	25,7%	999	1.256	25,7%
Margem EBITDA (%ROL)	14,7%	13,6%	18,5%	3,8 p.p.	14,2%	16,1%	1,9 p.p.
Lucro líquido ajustado	140	122	180	29,0%	183	302	64,9%
Margem líquida (%ROL)	8,1%	7,0%	10,4%	2,3 p.p.	5,4%	8,7%	3,3 p.p.
Lucro líquido ajustado por ação (R\$/ação)	0,70	0,61	0,91	29,0%	0,92	1,52	64,9%
Investimentos	213	270	345	62,2%	536	614	14,6%
CEMAR	65	106	102	57,6%	134	209	55,5%
PLPT (CEMAR)	15	18	32	111,4%	25	50	101,6%
CELPA	85	108	144	68,9%	280	252	-10,1%
PLPT (CELPA)	45	35	63	40,7%	92	98	6,9%
Geramar	2	3	3	41,0%	5	6	11,9%
Dívida líquida	1.551	1.977	2.165	39,6%	1.551	2.165	39,6%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (últ.12 meses)	1,6	1,7	1,7	0,1 x	1,6	1,7	0,1 x

Dados Operacionais	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Energia faturada (GWh)							
CEMAR	1.424	1.460	1.527	7,3%	2.835	2.987	5,3%
CELPA	1.875	1.954	2.124	13,3%	3.842	4.078	6,1%
Nº de consumidores (Mil)							
CEMAR	2.222	2.283	2.323	4,5%	2.222	2.323	4,5%
CELPA	2.241	2.318	2.369	5,7%	2.241	2.369	5,7%

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS	1
2. IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA COMERCIAL	2
3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	4
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	23
7. ENDIVIDAMENTO	25
8. INVESTIMENTOS	27
9. MERCADO DE CAPITAIS	28
10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	28
11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO	28
ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO (R\$ MM)	30
ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)	33
ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)	34

2. IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA COMERCIAL

Impacto implantação SAP/CCS	1T15	2T15	1T16	2T16	Var.% 2T16/2T15	1T16	2T16
CEMAR						+17 GWh	-17 GWh
Volume Distribuído (GWh)	1.412	1.424	1.460	1.527	7,3%	1.477	1.510
Perdas Totais (% ; últimos 12 meses)	17,5%	17,5%	17,9%	17,7%	0,2 p.p.	17,7%	17,7%
ROL Recorrente (R\$ MM)	657	628	728	690	9,9%	735	683
EBITDA Recorrente (R\$ MM)	142	145	135	151	4,2%	142	144
CELPA						+60 GWh	-60 GWh
Volume Distribuído (GWh)	1.967	1.875	1.954	2.124	13,3%	2.014	2.064
Perdas Totais (% sobre Injetada)	30,8%	29,9%	29,9%	28,6%	-1,3 p.p.	29,4%	28,6%
ROL Recorrente (R\$ MM)	985	1.020	984	1.009	-1,1%	999	994
EBITDA Recorrente (R\$ MM)	84	103	106	171	66,3%	121	156
Equatorial Consolidado							
ROL Recorrente (R\$ MM)	1.679	1.719	1.767	1.729	0,6%	1.789	1.707
EBITDA Recorrente (R\$ MM)	227	248	236	321	29,5%	258	299

Os valores presentes nesta seção não estão ajustadas nos cálculos de EBITDA e Lucro Líquido Ajustados das Companhias.

IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA COMERCIAL

Conforme mencionado no 1T16, foi feita a implantação de um novo sistema comercial, SAP/CCS, em ambas as companhias – em janeiro na Cemar e, em março, na Celpa, o que afetou significativamente os resultados daquele trimestre durante o seu período de estabilização, com impacto em atividades de faturamento e combate às perdas em ambas as companhias.

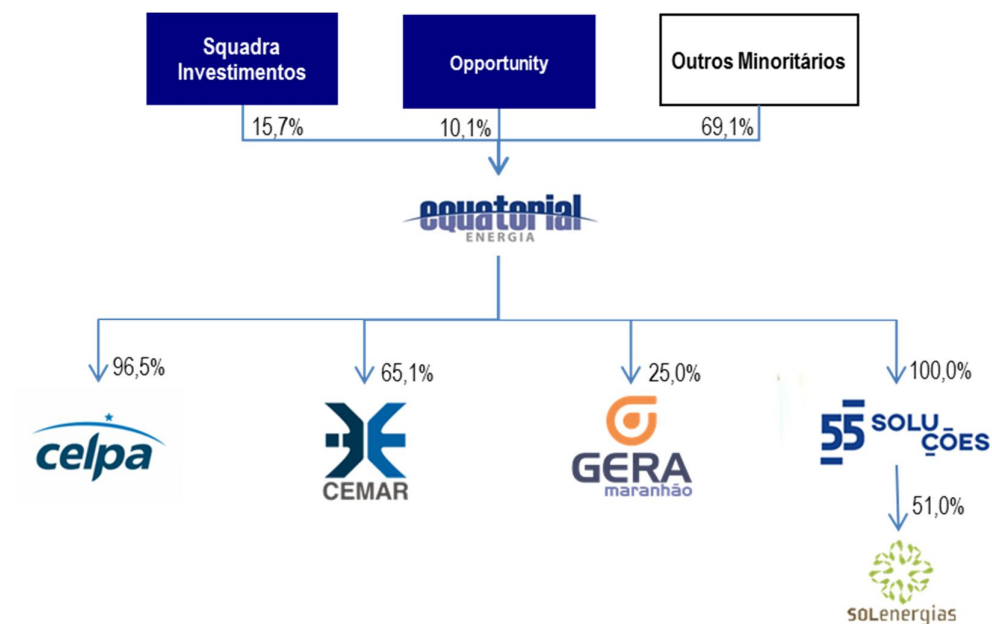
Para manter a coerência com as informações divulgadas anteriormente, identificamos e estamos fazendo o ajuste do volume de energia referente ao 1T16 que foi faturado no 2T16. Especificamente no 2T16, há impacto no volume faturado em ambas as companhias, mas não há efeito no percentual de perdas, uma vez que apresentamos o resultado dos últimos 12 meses.

Para a Cemar, foram 17 GWh referentes ao 1T16 que foram faturados no 2T16, enquanto que na Celpa, foram 60 GWh. Considerando apenas o ajuste referente a esse volume de energia (ou seja, ignorando qualquer efeito sobre renda não faturada) o EBITDA consolidado da Equatorial recorrente atingiria R\$ 258 milhões no 1T16 e R\$ 299 milhões no 2T16.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

As informações constantes desta seção são pró-forma e refletem a composição acionária atual, conforme consta na data de divulgação destes Comentários de Desempenho.

Acionista	Ações	% participação
Squadra investimentos	31.176.900	15,69%
Opportunity	20.135.788	10,13%
Demais minoritários	147.363.279	74,17%
Total	198.675.967	100,0%



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações operacionais constantes desta seção são pró-forma e refletem 100% das operações da CEMAR e 100% das operações da CELPA.

4.1 DESEMPENHO OPERACIONAL

VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

CEMAR

No 2T16, o consumo de energia dos mercados cativo e livre, cresceram 7,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.527 GWh. O crescimento observado no trimestre pode ser explicado principalmente pelo crescimento da base de clientes, que se expandiu 4,5%, pelo aumento acentuado dos segmentos Residencial, Comercial e Outros e pelos impactos da implantação do sistema comercial SAP/CCS (vide seção 2 – Implantação do Novo Sistema Comercial). A classe Industrial reduziu o consumo em 14,3%, esse comportamento está fortemente impactado pelo efeito da desativação em agosto/2015 de uma mineradora que até então era o nosso 4º maior consumidor.

CELPA

No 2T16, a venda de energia para os mercados cativo e livre aumentou 13,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 2.124 GWh. Este crescimento decorre do aumento expressivo no consumo da classe residencial de 18,2% devido às elevadas temperaturas registradas no período e menor precipitação, da implementação de ações de combate às perdas de energia e dos impactos da implantação do sistema comercial SAP/CCS (vide seção 2 – Implantação do Novo Sistema Comercial). Já a redução observada na classe industrial 31,7% é consequência da migração acentuada de clientes para o mercado livre que apresentou no trimestre elevação de 143,2% em relação ao mesmo período de 2015.

Neste trimestre, identificamos que houve 40 GWh de volume de consumidores livres que foi registrado apenas no 2T16, apesar de ter sido faturado no 1T16. A tabela abaixo não está ajustada por esse volume.

Classes de consumo (MWh)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
CEMAR							
Residencial	694.777	746.781	772.006	11,1%	1.398.744	1.518.787	8,6%
Industrial	102.238	87.860	87.626	-14,3%	201.788	175.486	-13,0%
Comercial	294.602	295.431	307.277	4,3%	582.280	602.708	3,5%
Outros	303.291	302.356	330.872	9,1%	593.761	633.229	6,6%
Total (Cativo)	1.394.908	1.432.428	1.497.781	7,4%	2.776.573	2.930.210	5,5%
Consumidores livres	28.733	27.303	29.177	1,5%	58.744	56.480	-3,9%
Total (Cativo + Livres) - CEMAR	1.423.641	1.459.730	1.526.958	7,3%	2.835.317	2.986.689	5,3%
CELPA							
Residencial	755.640	834.693	893.473	18,2%	1.559.387	1.728.166	10,8%
Industrial	307.271	262.655	209.785	-31,7%	635.198	472.439	-25,6%
Comercial	403.843	402.646	426.442	5,6%	824.777	829.087	0,5%
Outros	325.913	344.183	394.010	20,9%	652.626	738.193	13,1%
Total (Cativo)	1.792.667	1.844.176	1.923.710	7,3%	3.671.988	3.767.886	2,6%
Consumidores livres	82.250	109.848	200.054	143,2%	170.287	309.901	82,0%
Total (Cativo + Livres) - CELPA	1.874.917	1.954.023	2.123.764	13,3%	3.842.275	4.077.787	6,1%
Total (Cativo + Livres) - Equatorial	3.298.558	3.413.753	3.650.722	10,7%	6.677.592	7.064.476	5,8%

Número de consumidores	2T15	1T16	2T16	Var.
CEMAR				
Residencial - Convencional	1.221.464	1.213.738	1.265.558	3,6%
Residencial - Baixa Renda	755.685	818.637	804.467	6,5%
Industrial	8.523	8.480	8.551	0,3%
Comercial	148.646	152.240	154.365	3,8%
Outros	88.125	89.639	90.249	2,4%
Total CEMAR	2.222.443	2.282.734	2.323.190	4,5%
CELPA				
Residencial - Convencional	1.431.139	1.476.209	1.487.913	4,0%
Residencial - Baixa Renda	500.744	509.467	545.630	9,0%
Industrial	4.000	4.426	4.406	10,2%
Comercial	163.502	171.708	172.962	5,8%
Outros	141.374	156.426	157.880	11,7%
Total CELPA	2.240.759	2.318.236	2.368.791	5,7%
Total Equatorial	4.463.202	4.600.970	4.691.981	5,1%

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.846 GWh no 2T16, apresentando crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 7,3% em relação ao 2T15.

Bal. Energético (MWh) - CEMAR	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Energia requerida	1.743.627	1.767.977	1.846.434	5,9%	3.433.801	3.614.411	5,3%
Energia Distribuída*	1.425.747	1.461.895	1.529.472	7,3%	2.839.698	2.991.367	5,3%
Perdas Totais	317.880	306.082	316.962	-0,3%	594.104	623.044	4,9%

(*) Inclui mercados cativo e livre, consumo próprio e não inclui fornecimento a estados vizinhos.

O volume de energia requerida pelo sistema da CELPA alcançou 3.036 GWh no 2T16, apresentando crescimento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia distribuída no trimestre cresceu 13,1% em relação ao 2T15.

Bal. Energético (MWh) - CELPA	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Compra de Energia	2.807.034	2.800.562	2.929.412	4,4%	5.497.160	5.729.974	4,2%
Geração Própria	102.636	105.948	107.084	4,3%	216.237	213.032	-1,5%
Energia requerida	2.909.670	2.906.511	3.036.495	4,4%	5.713.397	5.943.006	4,0%
Energia Distribuída*	1.882.863	1.961.434	2.129.525	13,1%	3.858.594	4.090.959	6,0%
Perdas Totais	1.026.807	945.077	906.970	-11,7%	1.854.803	1.852.047	-0,1%

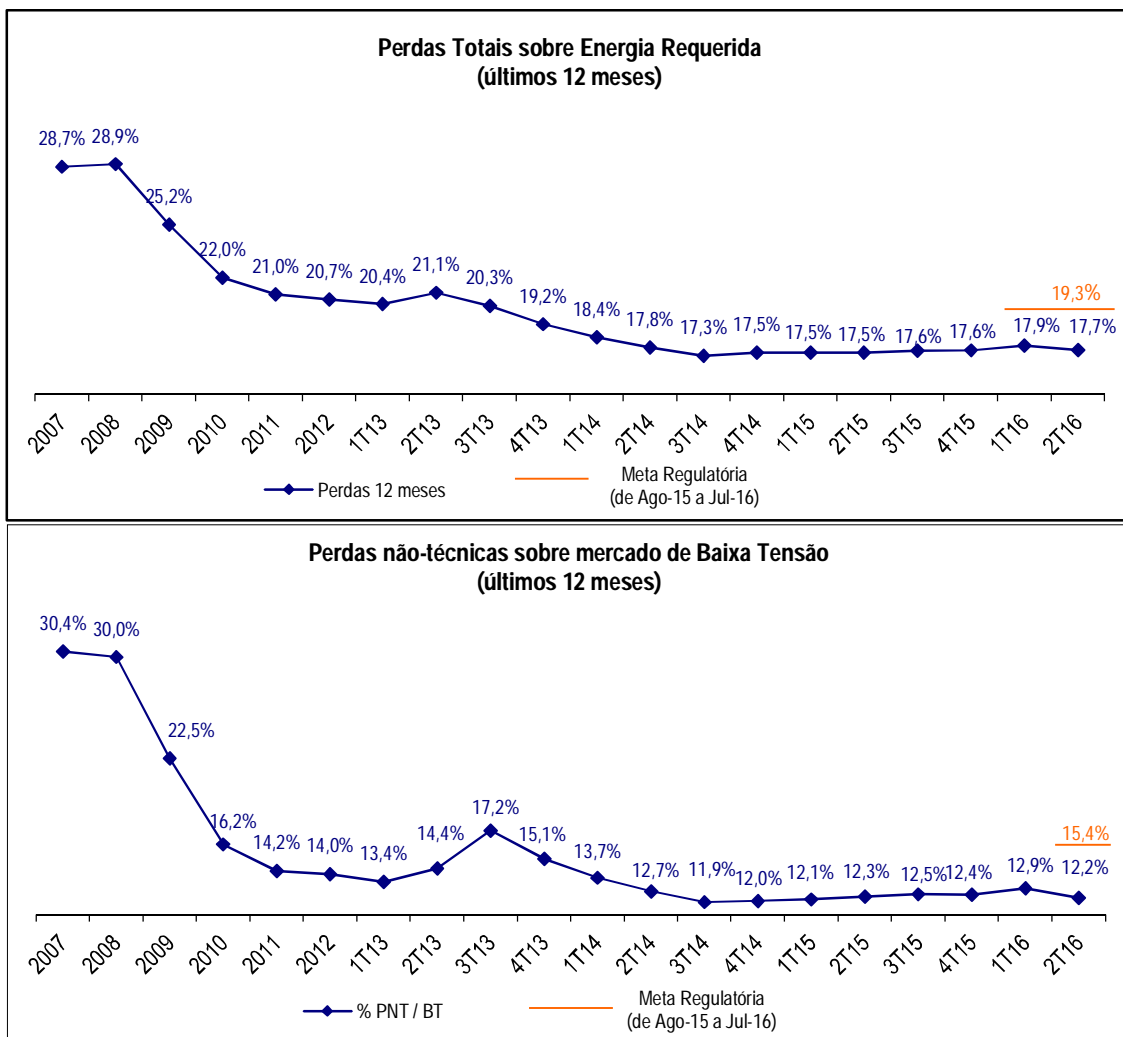
(*) Inclui mercados cativo e livre, consumo próprio.

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

CEMAR

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 2T16 representaram 17,7% da energia requerida, redução de 0,2 p.p. em relação ao último trimestre, enquanto as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão encerraram o período em 12,2%. Ressaltamos que o cálculo das perdas não-técnicas é feito utilizando o percentual regulatório de 9,86% de perdas técnicas sobre energia injetada.

Apesar da maior resistência às ações de combate às perdas em vista do atual momento econômico e da complexidade da área de concessão, temos obtido sucesso em manter as perdas não técnicas em um patamar relativamente baixo e sem grande volatilidade.

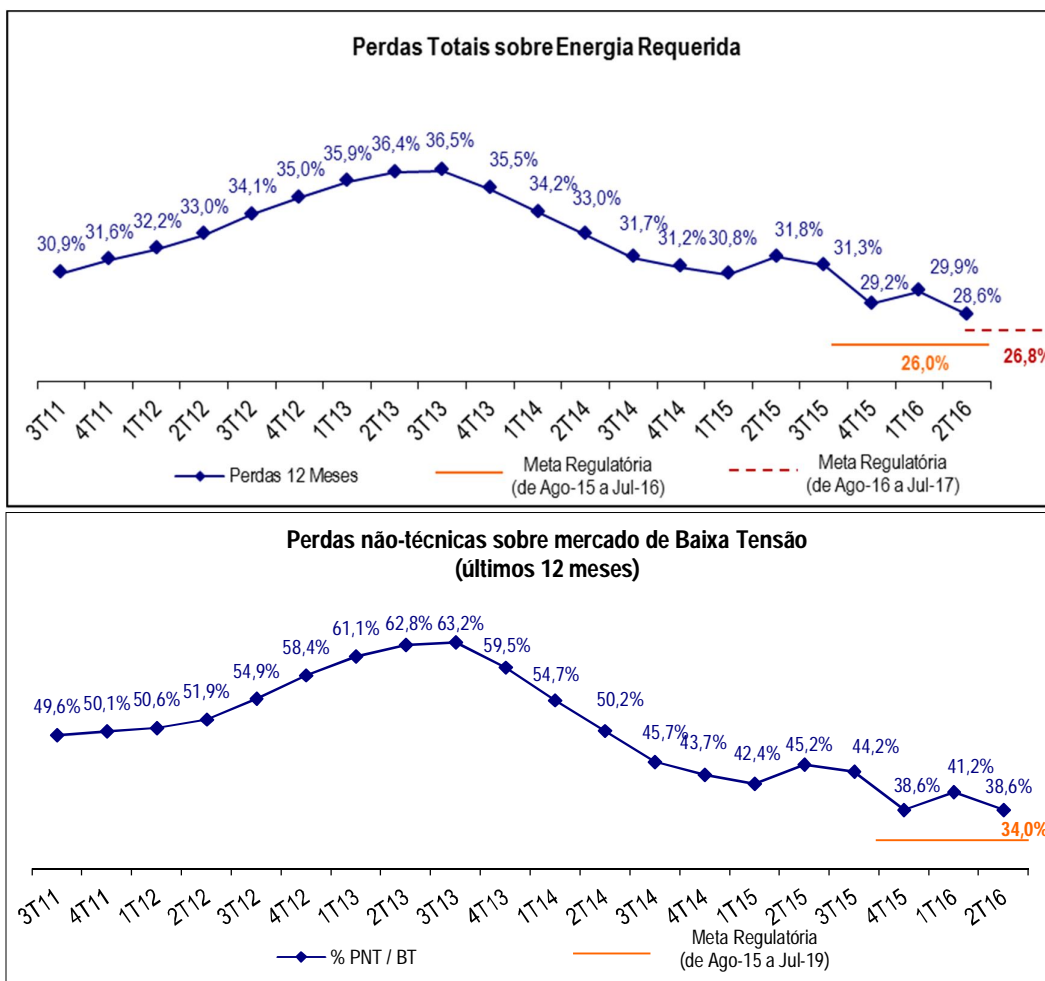


CELPA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 2T16 representaram 28,6% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão atingiram 38,6%, diminuição de 2,6 p.p. em relação ao fechamento do trimestre anterior. Após o impacto no 1T16 da migração para o novo sistema comercial da companhia, o percentual de perdas retoma uma trajetória de queda atingindo o seu menor nível desde que adquirimos a Celpa no final de 2012.

Para efeito do cálculo do percentual de perdas não técnicas, o percentual de perdas técnicas deduzido do total de perdas é aquele aprovado pela ANEEL na última Revisão Tarifária da Companhia, de 10,14%.

Com a queda no consumo do mercado de alta tensão e crescimento do mercado de baixa tensão, houve uma mudança na proporção destes mercados no cálculo do reajuste tarifário da Celpa de agosto/16. Apesar de não ter havido qualquer alteração no patamar regulatório de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão, que permanece em 34,0%, o patamar regulatório de perdas totais sobre energia requerida aumenta para 26,8% (de 26,0%) para o período tarifário de ago/16 a jul/17.

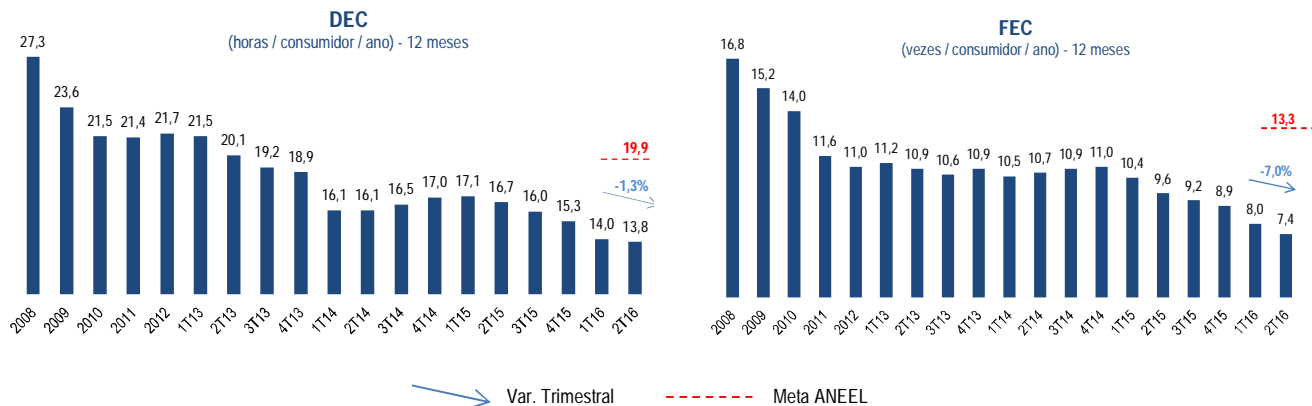


INDICADORES DE QUALIDADE – DEC E FEC

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

CEMAR

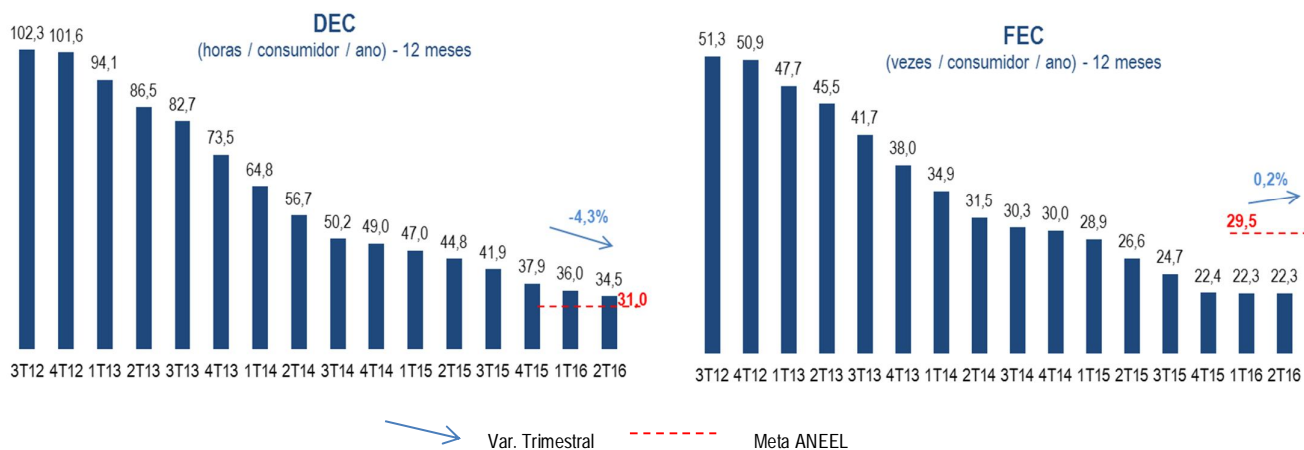
Ao final do 2T16, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 13,8 horas, que comparado às 14,0 horas do final do 1T16 representou uma redução de 1,3%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 2T16 foi de 7,4 vezes, redução de 7,0% em relação ao fechamento do último trimestre. Como é possível observar nos gráficos abaixo, ambos os indicadores encontram-se substancialmente abaixo da meta determinada pela ANEEL.



CELPA

Ao final do 2T16, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 34,5 horas, que comparado às 36 horas do final do 1T16, representou redução de 4,3%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 22,3 vezes, representando aumento de 0,2% em relação ao índice do fechamento do 1T16. Atualmente, apenas o FEC encontra-se em nível inferior à meta determinada pela ANEEL na última Revisão Tarifária da Companhia.

Neste trimestre, estes indicadores foram impactados pelo aumento dos mesmos na supridora, cujo DEC aumentou de 0,88h ao final do 4T15 para 3,38h ao final do 2T16, enquanto o FEC da supridora aumentou de 1,39x ao final do 4T15 para 2,14x no 2T16. **Não fosse pelo crescimento do DEC da Supridora ocorrido neste ano, a Celpa teria reduzido seu DEC para 32,0h no 2T16.**



CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

CEMAR

Custo Médio de Aquisição de Energia*	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	191	215	213	11,4%	384	427	11,2%
MWh Contratado	860.837	1.167.207	1.221.224	41,9%	1.720.296	2.388.431	38,8%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	57	(4)	(7)	-111,5%	141	(10)	-107,2%
MWh - Spot	227.196	(71.551)	(76.925)	-133,9%	475.479	(148.476)	-131,2%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	21	42	43	106,3%	42	85	105,0%
MWh - Cotas	644.286	687.776	719.745	11,7%	1.259.982	1.407.521	11,7%
Custo médio de compra de energia (R\$ / MWh)	155,4	142,1	133,7	-14,0%	164,2	137,8	-16,1%

* Líquida de PIS/COFINS

CELPA

Custo Médio de Aquisição de Energia*	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	393	389	367	-6,5%	783	757	-3,3%
MWh Contratado	1.740.676	2.038.981	2.054.554	18,0%	3.446.844	4.093.535	18,8%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	80	(9)	(17)	N/A	188	(26)	N/A
MWh - Spot	347.722	(195.222)	(200.078)	N/A	636.357	(395.300)	N/A
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	22	55	56	149,6%	45	111	148,1%
MWh - Cotas	699.337	907.527	973.935	39,3%	1.363.991	1.881.462	37,9%
Custo médio de compra de energia (R\$ / MWh)	177,6	158,2	143,8	-19,0%	186,4	150,9	-19,0%

* Líquida de PIS/COFINS

ENERGIA CONTRATADA

CEMAR

Contratos CEMAR (MWh)	2016	2017	2018	2019	2020
Fonte Hídrica	3.081.854	2.957.281	3.108.106	2.754.222	2.180.286
Fonte Térmica	1.422.881	1.801.910	1.897.349	2.362.048	2.237.425
Cotas de Garantia Física	2.982.023	2.630.590	2.630.590	2.630.590	2.630.590
Outras Fontes	622.722	427.174	728.128	952.635	1.113.655
TOTAL - MWh	8.109.481	7.816.955	8.364.173	8.699.495	8.161.956

CELPA

Contratos CELPA (MWh)	2016	2017	2018	2019	2020
Fonte Hídrica	5.155.578	5.054.479	5.495.609	5.169.911	4.237.349
Fonte Térmica	2.357.549	2.256.087	2.456.309	4.246.505	3.980.117
Cotas de Garantia Física	3.901.375	3.464.461	3.464.461	3.464.461	3.473.952
Outras Fontes	1.037.706	1.101.821	1.776.529	2.417.951	2.424.576
TOTAL - MWh	12.452.208	11.876.849	13.192.908	15.298.828	14.115.994

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações constantes desta seção refletem: i) 100% das operações da CEMAR, excluindo 34,89% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 65,11%, ii) 100,0% das operações da CELPA, excluindo 3,50% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 96,50% e iii) 100% das operações da 55 Soluções.

Destacamos que, em conformidade com as regras contábeis brasileiras, os resultados referentes à participação de 25% na Geramar são consolidados na Equatorial apenas a partir da linha de Equivalência Patrimonial.

5.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

DRE (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	2.387	2.492	2.498	4,6%	4.666	4.990	6,9%
Receita operacional líquida (ROL)	1.719	1.734	1.732	0,8%	3.397	3.466	2,0%
Custo de energia elétrica	(1.218)	(1.204)	(1.126)	-7,6%	(2.409)	(2.330)	-3,3%
Custo e despesas operacionais	(270)	(275)	(273)	1,0%	(510)	(548)	7,4%
EBITDA	231	255	334	44,6%	478	589	23,2%
Outras receitas/despesas operacionais	(45)	(11)	(14)	-69,5%	(73)	(25)	-66,1%
Depreciação	(80)	(87)	(79)	-0,7%	(111)	(166)	50,0%
Resultado do serviço (EBIT)	106	157	241	127,1%	294	398	35,3%
Resultado financeiro	603	61	30	-95,1%	541	91	-83,2%
Amortização de ágio	7	5	(2)	-122,8%	16	3	-78,7%
Lucro antes da tributação (EBT)	716	223	276	-61,5%	850	499	-41,3%
IR/CSLL	(166)	(52)	(54)	-67,7%	(190)	(106)	-44,4%
Participações minoritárias	(50)	(32)	(43)	-13,5%	(75)	(75)	0,3%
Lucro líquido (LL)	500	139	179	-245,4%	585	318	-205,3%

EBITDA CONSOLIDADO EQUATORIAL

Além dos ajustes específicos de Cemar e Celpa (vide seção de EBITDA de cada uma das distribuidoras nestes Comentários de Desempenho), no caso da Equatorial holding, ajustamos também as despesas relacionadas ao Programa de Opção de Compra de Ações, no valor de R\$ 3 milhões neste trimestre, pois são despesas meramente contábeis, não havendo qualquer impacto de caixa.

Com estes ajustes, o EBITDA ajustado da Equatorial atingiu R\$ 321 milhões no 2T16, crescimento de 26,7% em relação ao 2T15.

DRE (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
EBITDA CEMAR	124	117	162	31,0%	258	279	8,2%
EBITDA CELPA*	108	147	176	62,7%	231	322	39,5%
EBITDA Holding + outros	(1)	(8)	(4)	322,9%	(11)	(12)	11,2%
EBITDA Equatorial	231	255	334	44,6%	478	589	23,3%
Ajustes CEMAR	21	18	(11)	N/A	29	7	-76,7%
Ajustes CELPA	(5)	(40)	(4)	-11,4%	(43)	(44)	3,3%
Ajustes Stock options (EQTL)	7	3	3	-56,0%	18	6	-66,3%
EBITDA Equatorial ajustado	253	236	321	26,7%	481	557	15,8%

*A DRE da CELPA utilizado na consolidação da Equatorial no 1T16 é diferente do individual por força do IFRS

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO EQUATORIAL

Para o cálculo do Lucro Líquido consolidado de Equatorial, além dos ajustes de EBITDA e Lucro Líquido (vide seção de Lucro Líquido de cada uma das distribuidoras nestes Comentários de Desempenho), também é feito o ajuste proporcionalmente à participação da Equatorial em cada um das companhias (65,11% na Cemar e 96,5% na Celpa).

Com estes ajustes, chegamos a R\$ 180 milhões de lucro ajustado no trimestre, aumento de 29,0% em relação ao valor apresentado no 2T15.

DRE (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Lucro líquido CEMAR	54	49	72	34,3%	92	122	32,1%
Lucro líquido CELPA*	434	82	93	-78,5%	470	175	-62,7%
Lucro líquido Holding + Outros	12	7	13	8,3%	22	20	-7,3%
Lucro líquido Equatorial	500	139	179	-64,2%	585	318	-45,7%
Ajustes CEMAR	11	10	(6)	-155,2%	15	3	-77,3%
Ajustes CELPA	(376)	(29)	6	-101,5%	(429)	(23)	-94,6%
Ajustes Stock options (EQTL)	5	2	2	-56,0%	12	4	-64,6%
Lucro líquido Equatorial ajustado	140	122	180	29,0%	183	302	65,5%

*A DRE da CELPA utilizado na consolidação da Equatorial no 1T16 é diferente do individual por força do IFRS

5.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR

As informações econômico-financeiras constantes desta seção refletem 100% das operações da CEMAR.

DRE CEMAR (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	854	986	962	12,5%	1.715	1.948	13,6%
Receita operacional líquida (ROL)	628	709	700	11,4%	1.285	1.409	9,7%
Custo de energia elétrica	(409)	(483)	(421)	2,9%	(831)	(904)	8,8%
Custo e despesas operacionais	(95)	(109)	(117)	22,9%	(196)	(226)	15,3%
EBITDA	124	117	163	30,8%	258	279	8,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(3)	(7)	(4)	14,6%	(8)	(11)	38,6%
Depreciação	(31)	(34)	(35)	11,5%	(62)	(68)	10,2%
Resultado do serviço (EBIT)	90	76	124	38,0%	188	200	6,5%
Resultado financeiro	5	19	15	238,2%	(18)	35	-287,5%
Lucro antes da tributação (EBT)	94	96	139	47,6%	169	235	38,6%
IR/CSLL	(12)	(20)	(28)	141,9%	(28)	(48)	72,0%
Lucro Líquido	83	76	111	34,3%	142	187	32,1%

5.2.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 2T16, a Receita Bruta de venda de energia aumentou em 19,5%, influenciada principalmente por: i) o reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015, onde o efeito médio percebido pelo consumidor foi de 8,64%; ii) crescimento de 7,3% no volume de energia vendida no trimestre. Já a Receita Líquida atingiu R\$ 699 milhões (R\$ 557 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), aumento de 11,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Análise da Receita - Cemar	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.423.641	1.459.730	1.526.958	7,3%	2.835.317	2.986.689	5,3%
Nº de Clientes	2.222.443	2.282.734	2.323.190	4,5%	2.222.443	2.323.190	4,5%
KWh por Cliente (no período)	640	639	657	2,7%	1.276	1.286	0,8%
Receita Bruta de Fornecimento	636	712	758	19,2%	1.276	1.469	15,1%
Residencial	332	371	405	22,0%	665	776	16,6%
Industrial	44	44	40	-8,2%	87	84	-3,0%
Comercial	153	166	173	13,3%	305	339	11,3%
Outras Classes	107	131	140	30,4%	219	269	22,8%
Suprimento (R\$ MM)	1	17	15	1410,2%	6	32	392,6%
Outras Receitas (R\$ MM)	65	63	69	6,2%	133	134	0,5%
Subvenção Baixa Renda	41	45	44	6,3%	91	89	-1,7%
Subvenção irrigantes	11	13	12	5,3%	21	25	20,0%
Uso da Rede	3	0	2	-15,7%	3	3	-7,5%
Outras Receitas Operacionais	10	6	11	13,4%	18	16	-9,8%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiro	82	40	(23)	127,6%	138	17	-87,6%
Receita de Construção	72	154	142	96,9%	162	296	82,6%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(227)	(277)	(262)	-15,1%	(431)	(539)	-25,0%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	628	709	700	11,5%	1.285	1.409	9,6%

* Exclui Consumo Próprio e fornecimento à CEPISA e CELTINS

5.2.2 - CUSTOS E DESPESAS

No 2T16, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 541 milhões (R\$ 399 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 77,4% da receita líquida, uma redução de 6,9 p.p. em relação ao percentual verificado no 2T15.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 2T16, o total de PMSO (Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros), atingiu R\$ 94 milhões, aumento de 7,3%.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$28 milhões, 13,8% a mais do que os R\$ 25 milhões observados no 2T15, principalmente em função de inflação, encargos sobre a folha e custos com rescisão. As despesas com materiais totalizaram R\$2 milhões no 2T16, 4,7% abaixo do apresentado no 2T15.

Os gastos com serviços de terceiros no 2T16 foram 9,5% maiores em relação aos valores verificados no 2T15, encerrando o trimestre em R\$ 59 milhões. As principais contas que influenciaram tal crescimento são: (i) intensificação das ações de cobrança de consumidores inadimplentes, como serviços de corte e visita de cobrança, que apresentaram aumento de R\$ 1,0 milhão no período, e; (ii) fim da contabilização de crédito fiscal de PIS/COFINS sobre serviços terceirizados, que foi transferido para a linha de Deduções da Receita, com impacto neutro em EBITDA, porém de R\$ 2,1 milhões no PMSO deste trimestre.

No 2T16, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$ 17 milhões, ou 2,0% da Receita Operacional Bruta (ROB), patamar 1,7 p.p. superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior, consequência do atual momento macroeconômico enfrentado pelo país.

A partir do 1T16, foi feita a transferência de Outras Despesas Não Gerenciáveis (taxa de fiscalização ANEEL) para Encargos do Consumidor.

	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Pessoal	25	29	28	13,8%	50	57	14,2%
<i>Participação nos Resultados</i>	6	8	8	23,4%	14	15	11,3%
Material	2	2	2	-4,7%	5	3	-33,5%
Serviço de Terceiros	54	57	59	9,5%	108	116	7,3%
Outros	7	7	5	-29,7%	16	12	-21,0%
<i>Compensações de indicadores de qualidade</i>	3	4	2	-22,2%	7	6	-12,1%
PMSO	88	95	94	7,3%	179	189	5,6%
PDD e Perdas	2	10	17	612,4%	9	26	199,6%
<i>% Receita Bruta (c/ Receita de Construção)</i>	0,3%	1,2%	2,0%	1,7 p.p.	0,6%	1,6%	1 p.p.
Provisões para Contingências	5	4	6	22,4%	8	10	29,2%
Provisões	7	14	23	214,3%	17	37	119,6%
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	3	7	4	14,6%	8	11	38,6%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	98	116	120	22,7%	204	237	16,2%
Energia Comprada e Transporte	316	297	264	-16,4%	632	562	-11,1%
Encargos Uso Rede e Conexão	20	32	15	-26,1%	35	47	32,3%
Custo de Construção	72	154	142	97,6%	162	296	82,5%
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	1	-	-	100,0%	2	-	100,0%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	409	483	421	2,9%	831	904	8,8%
TOTAL	507	599	541	6,7%	1.035	1.141	10,2%

5.2.3 – EBITDA

No 2T16, o EBITDA atingiu R\$162 milhões, valor já impactado pela contabilização de ativos e passivos regulatórios líquidos e pela mudança do reconhecimento das despesas com compensações pagas aos consumidores por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade.

Como impactos neste trimestre, destacamos: (i) R\$ 10 milhões em ajuste de contabilização de receita de bandeiras tarifárias no 1T16, revertido no 2T16, e; (ii) R\$ 1 milhão em Compra de Energia referente a 2015.

Neste trimestre observamos pequena reversão de despesas (R\$ 454 mil) referentes à sobrecontratação de energia acima de 105%, percentual limite de repasse para a tarifa.

EBITDA (R\$ milhões)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	2S16	Var.
Resultado do Serviço	90	76	124	38,1%	188	200	6,5%
Depreciação e Amortização	31	34	35	12,0%	62	68	10,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	3	7	4	24,3%	8	11	34,1%
EBITDA Societário reportado	124	117	162	31,3%	258	279	8,2%
Ajuste de contabilização da bandeira tarifária	-	10	(10)	N/A	-	0	N/A
Sobrecontratação (acima de 105%)	-	5	(0)	N/A	-	5	N/A
Descasamento PIS/COFINS	12	1	(0)	-100,5%	22	1	-94,0%
Ajuste compra de energia 2015	-	1	(1)	N/A	-	1	N/A
CVA eletrônuclear	3	-	-	-100,0%	6	-	-100,0%
RNF bandeira tarifária	6	-	-	-100,0%	-	-	N/A
EBITDA Societário ajustado	145	135	151	4,6%	286	286	0,2%

5.2.4 - RESULTADO FINANCEIRO

No 2T16, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 15 milhões, versus R\$ 5 milhões no 2T15. A melhoria do resultado financeiro deve-se ao maior volume de caixa aplicado neste trimestre, valorização do Real frente ao Dólar e resultado de VNR (Valor Novo de Reposição).

Neste trimestre, em virtude da valorização do Real, houve o impacto contábil bruto de R\$ 29 milhões de variação cambial positiva (ganho) sobre o endividamento da Companhia. Como contrapartida, foram reconhecidos R\$ 34 milhões em Despesa com Operações de Swap. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado (praticamente zero neste trimestre), por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados, como houve neste trimestre.

R\$ MM	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Rendas financeiras	34	43	42	23,5%	64	85	32,8%
Acréscimo moratório de venda de energia	22	19	17	-22,7%	40	36	-10,0%
Atualização do VNR do ativo financeiro	7	23	25	257,1%	-	48	N/A
Operações de Swap	(9)	(30)	(34)	-277,8%	30	(64)	N/A
Variação Cambial sobre Dívida	5	26	29	480,0%	(45)	55	N/A
Encargos e Var. Monetária dívidas	(52)	(58)	(58)	-11,5%	(103)	(116)	-12,6%
Outras receitas	8	5	4	-50,0%	18	9	-50,0%
Outras despesas	(10)	(9)	(10)	0,0%	(22)	(18)	18,2%
RESULTADO FINANCEIRO	5	19	15	200%	(18)	35	N/A

5.2.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, válida até 2021; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

IRPJ/CSLL (R\$MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
LAIR(1)	94	96	139	47,9%	169	235	38,6%
Despesa IRPJ/CSLL	(12)	(20)	(28)	133,7%	(28)	(48)	72,0%
(-) Ativo fiscal diferido	4	12	14	249,3%	16	26	58,9%
= Imposto calculado	(8)	(7)	(14)	75,9%	(11)	(21)	91,2%
(+) Créditos fiscais	4	-	-	N/A	8	-	N/A
= Imposto caixa (2)	(4)	(7)	(14)	251,9%	(3)	(21)	527,7%
Taxa efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	4,3%	7,7%	10,1%	5,8 p.p.	2,0%	9,1%	7,1 p.p.

No 2T16, as despesas de IRPJ e CSLL foram de R\$ 28 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos, tivemos uma saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos de R\$ 14 milhões.

5.2.6. LUCRO LÍQUIDO

No 2T16, a CEMAR apresentou lucro líquido ajustado de R\$ 102 milhões, versus lucro líquido de R\$93 milhões no 2T15, melhora de 9,3%. Neste trimestre, mantivemos os mesmos ajustes presentes no EBITDA, líquidos de seus efeitos tributários, e deixamos de ajustar o impacto do VNR (Valor Novo de Reposição) como não recorrente no resultado líquido.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
LUCRO LÍQUIDO	83	76	111	34,0%	142	187	31,9%
Impactos líquidos EBITDA	10	15	(10)	N/A	24	5	-77,7%
LUCRO LÍQUIDO Ajustado	93	91	102	9,3%	166	193	16,0%

5.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CELPA

DRE (R\$ MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	1.453	1.443	1.501	3,3%	2.829	2.944	4,1%
Receita operacional líquida (ROL)	1.020	969	1.002	-1,8%	2.005	1.971	-1,7%
Custo de energia elétrica	(750)	(683)	(686)	-8,5%	(1.494)	(1.369)	-8,4%
Custo e despesas operacionais	(162)	(189)	(140)	-13,3%	(279)	(329)	17,8%
EBITDA	108	96	176	62,0%	231	272	17,6%
Outras receitas/despesas operacionais	(42)	(4)	(10)	-76,1%	(65)	(14)	-79,0%
Depreciação	(48)	(53)	(45)	-6,7%	(48)	(97)	102,1%
Resultado do serviço (EBIT)	19	40	121	548,9%	118	161	36,4%
Resultado financeiro	578	23	(5)	-100,9%	515	18	-96,6%
Lucro antes da tributação (EBT)	597	63	116	-80,6%	633	179	-71,8%
IR/CSLL	(146)	(20)	(19)	-86,6%	(146)	(39)	-73,1%
Lucro líquido (LL)	451	43	96	-78,7%	487	139	-71,4%

5.3.1. Receita Operacional

No 2T16, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 9,4%, influenciada principalmente pela Revisão Tarifária de agosto de 2015, cujo impacto médio ao consumidor foi de 7,47%. Já a Receita Líquida atingiu R\$ 1.002 milhões (R\$795 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), queda de 1,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pela constituição de passivo regulatório neste trimestre.

ANÁLISE DA RECEITA	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.874.917	1.954.023	2.123.764	13,3%	3.842.275	4.077.787	6,1%
No. de Clientes**	2.240.759	2.318.236	2.368.791	5,7%	2.240.759	2.368.791	5,7%
KWh por Cliente (no período)	837	799	897	7,2%	1.715	1.721	0,4%
Receita Bruta de Fornecimento	1.124	1.158	1.231	9,5%	2.222	2.389	7,5%
Residencial	504	549	601	19,3%	1.003	1.150	14,7%
Industrial	158	150	132	-16,2%	315	282	-10,3%
Comercial	290	283	304	4,9%	572	587	2,6%
Outras Classes	172	176	193	12,2%	332	369	11,1%
(-)Ultrapassagem de demanda / reativo excedente	(8)	(9)	(11)	-38,8%	(17)	(20)	-17,9%
Suprimento (R\$ MM)	1	37	49	4823,7%	10	86	763,0%
Outras Receitas (R\$ MM)	63	74	65	4,0%	126	139	10,3%
Subvenção Baixa Renda	47	59	58	24,9%	98	117	19,7%
Uso da Rede	6	6	-	100,0%	13	6	-57,0%
Outras Receitas Operacionais	10	9	7	-30,5%	1	16	1506,2%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	129	40	(40)	130,8%	164	0	-99,9%
Receita de Construção	144	143	207	44,1%	324	350	8,1%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(433)	(474)	(499)	-15,3%	(824)	(974)	-18,1%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	1.020	968	1.002	-1,7%	2.005	1.971	-1,7%

5.3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 2T16, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação, amortização e os gastos com sistema isolado, foi de R\$ 820 milhões, 11,9% menor que o 2T15.

Desde 2015, as despesas com compensações por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade estão sendo reconhecidas dentro da rubrica Outros, quando anteriormente eram lançadas como Despesas Financeiras. No 2T16, as compensações por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade representaram R\$ 5 milhões, menor 53,3% que o 2T15.

Em despesas com Pessoal, foi possível manter o crescimento anual inferior à inflação do período devido ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) vigente no 4T15 e que reduziu o quadro de colaboradores próprios desde o 1T16.

Em Serviço de Terceiros, observamos aumento de 10,2% no 2T16, principalmente explicado pela transferência de créditos de PIS/COFINS para Deduções da Receita, valor que representou R\$ 4,7 milhões no 2T15. Lembramos que no 1T16, houve R\$ 7,1 milhões em despesas que foram provisionadas em 2015, pagas em 2016, porém tiveram suas provisões revertidas apenas no 2T16.

Na PDD, foi constituída uma provisão líquida de R\$ 23 milhões neste trimestre, equivalente a 1,6% da ROB.

Neste trimestre, houve a reversão de provisão relativa a um processo que gerou um ganho não recorrente de R\$ 14 milhões na rubrica Provisões para Contingências.

A partir do 1T16, foi feita a transferência de Outras Despesas Não Gerenciáveis (taxa de fiscalização ANEEL) para Encargos do Consumidor.

R\$ MM	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Pessoal	34	35	35	2,9%	73	70	-3,9%
<i>Participação nos Resultados</i>	5	4	4	-10,0%	11	9	-15,3%
Material	2	2	(0)	N/A	3	2	-44,9%
Serviço de Terceiros	59	72	65	10,2%	112	137	21,8%
Outros	22	(4)	7	-67,3%	2	4	60,9%
<i>Compensações de indicadores de qualidade</i>	11	(8)	5	-53,3%	(20)	(3)	85,1%
PMSO	116	105	107	-8,3%	190	212	11,4%
<i>Pagamentos provisionados em duplicidades</i>	-	(7)	7	N/A	-	-	N/A
<i>Bônus de compensações indicadores de qualidades</i>	-	12	-	N/A	-	12	N/A
PMSO Líquido	116	110	114	-2,3%	190	224	17,8%
PDD e Perdas	24	35	23	-2,3%	47	59	25,4%
<i>% Receita Bruta (c/ Receita de Construção)</i>	1,7%	2,4%	1,6%	-5,4%	1,7%	2,0%	20,5%
Provisões para Contingências	(1)	2	(6)	-512,2%	(0)	(4)	-1861,5%
Provisões	23	37	17	-24,7%	47	54	17,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	42	4	10	-76,2%	65	14	-78,9%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	181	146	134	-26,1%	302	280	-7,2%
Energia Comprada e Transporte	575	491	452	-21,5%	1.114	942	-15,4%
Encargos Uso Rede e Conexão	31	50	27	-12,0%	56	77	37,4%
Custo de Construção	144	143	207	44,1%	324	350	7,9%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	750	683	686	-8,5%	1.494	1.369	-8,4%
TOTAL	931	829	820	-11,9%	1.796	1.649	-8,2%

Houve reclassificação e correção dos valores apresentados no quadro acima de PMSO e Provisão para Contingências no 1T16.

SISTEMAS ISOLADOS

A partir deste trimestre foi separado o PMSO do custo das usinas de geração dos sistemas isolados. Os sistemas isolados são regiões ou cidades que não estão conectadas ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e, portanto, há usinas de geração térmica exclusivamente dedicadas ao abastecimento dessas regiões. O custo de operação do 2T16 foi de R\$ 16 milhões. Entretanto, cabe destacar que houve a transferência, neste trimestre, de R\$ 18 milhões do saldo referente ao semestre (R\$ 9 milhões por trimestre) de créditos de Pis/Cofins e ICMS redutor do custo de matéria prima que estavam sendo alocados em deduções da receita e passaram a ser alocados como custo de matéria-prima.

Na comparação da evolução deste custo, cabe destacar que houve redução da subvenção CCC devido a: (i) aumento no fator de corte sobre a subvenção, considerando o Despacho 3.552 de out/15; (ii) aumento do ACR médio de R\$ 192,7 para R\$ 295,1 conforme Despacho 3.491 de out/15.

Neste 2T16, houve o reconhecimento de R\$ 6,5 milhões em penalidades contratuais aplicadas pela Companhia aos operadores de usina.

GASTOS COM GERAÇÃO PRÓPRIA	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Pessoal	-	-	-	N/A	-	-	N/A
Material	-	-	-	N/A	-	-	N/A
Serviço de Terceiros	22	24	23	4,9%	47	48	1,4%
Outros	3	4	4	28,0%	6	8	35,8%
Subvenção CCC	(70)	(70)	(75)	-7,3%	(147)	(144)	1,4%
Matéria prima p/ produção de energia elétrica	65	88	63	-3,1%	136	152	11,1%
TOTAL	21	47	16	-24,2%	43	63	46,6%

5.3.3 EBITDA

No 2T16, o EBITDA apresentado foi de R\$ 176 milhões, valor que já é impactado pela contabilização de ativos e passivos regulatórios líquidos e pela mudança do reconhecimento das despesas com compensações pagas aos consumidores por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade, que foi transferido da Despesa Financeira para a rubrica Outros dentro do PMSO, acima da linha de EBITDA (a partir do 1T15).

Como impactos neste trimestre, destacamos: (i) redução de R\$ 1,4 milhão no custo de compra de energia em virtude da redução da sobrecontratação acima do percentual repassado de 105% da energia requerida regulatória; (ii) conforme já detalhado na sessão de custos e despesas operacionais, R\$ 7 milhões em despesas com serviços de terceiros provisionadas, que não haviam sido revertidas no 1T16, mas que assim o foram no 2T16; (iii) R\$ 21 milhões de custos de CVAs correspondentes na compra de energia; (iv) R\$ 3 milhões na ROL de valores referentes ao 1T16 realizados no 2T16; (v) ganhos contingenciais de R\$14 milhões.

EBITDA (R\$ milhões)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Resultado do Serviço	19	40	121	548,9%	118	161	36,4%
Depreciação e Amortização	48	53	45	-6,7%	48	97	102,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	42	4	10	-76,1%	65	14	-79,0%
EBITDA Societário reportado	108	96	176	62,0%	231	272	17,6%
Impactos na ROL	-	6	(3)	N/A	-	3	N/A
Sobrecontratação (acima de 105%)	-	9	(1)	N/A	-	7	N/A
Bônus multa de qualidade	-	(12)	-	N/A	(58)	(12)	-79,3%
Serviços de terceiros provisionados e não revestidos	-	7	(7)	N/A	-	(0)	N/A
Ganhos contingenciais	-	-	(14)	N/A	-	(14)	N/A
Despesas sem CVA correspondente	(9)	-	21	N/A	6	21	243,4%
Diferença eletrônica	4	-	-	N/A	8	-	N/A
EBITDA Societário ajustado	103	106	171	65,5%	187	277	47,9%

5.3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 2T16, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$5 milhões, ante um resultado positivo de R\$578 milhões no 2T15. Em 2015, houve a constituição do AVP das operações em RJ, o que gerou uma receita não recorrente de R\$ 401 milhões, nos períodos seguintes, o registro será apenas das baixas do AVP, gerando despesa. Ressaltamos ainda a variação negativa de R\$127 milhões de atualização e ajuste VNR (Valor Novo de Reposição) sobre o ativo financeiro da concessão em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015, saindo de R\$163MM no 2T15 para R\$36MM no 2T16.

Neste trimestre, em virtude da valorização do Real, houve o impacto contábil bruto de R\$ 108 milhões de variação cambial positiva (ganho) sobre o endividamento da Companhia, sendo R\$ 28 milhões relativos a dívidas sem hedge cujos prazos de vencimentos são bastante longos. Como contrapartida, foram reconhecidos R\$ 100 milhões em Despesas com Operações de Swap. Destacamos que as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado (despesa de R\$ 12 milhões neste trimestre) e a dívida contabilizada pela curva, gerando distorção no saldo da dívida em reais, líquido de swap. Assim, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados, como houve neste trimestre.

R\$ MM	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Acréscimos Moratórios de Energia Vendida	31	35	20	-35,9%	63	55	-13,6%
Encargos sobre Parcelamento Clientes	(4)	(3)	(1)	73,7%	(6)	(4)	31,8%
AVP sobre Dívida RJ	401	(8)	(9)	102,2%	401	(17)	104,2%
Contingências	(4)	(3)	(10)	-114,1%	(9)	(12)	-32,1%
Encargos CVA	31	1	(2)	105,0%	37	(1)	102,5%
Juros e VM sobre Dívida	(12)	(24)	(27)	-130,6%	(25)	(52)	-106,9%
Juros e VM sobre Dívida RJ	(30)	(35)	(30)	0,7%	(61)	(65)	-5,8%
Juros, Multas e Var. Monetárias Ativas Impostos	(9)	(14)	4	-145,6%	(18)	(10)	47,1%
Operações de Swap	(26)	(104)	(100)	-279,5%	51	(203)	501,6%
Outras Despesas	(3)	(9)	(11)	-243,0%	(11)	(20)	-86,3%
Outras Receitas	4	11	0	-97,5%	9	12	35,3%
Rendas Financeiras	9	41	14	58,6%	19	56	194,8%
Variação Cambial sobre Dívida	21	70	80	284,3%	(86)	150	-274,4%
Variação Cambial sobre Dívida RJ	7	25	28	292,5%	(30)	53	-274,9%
VNR	163	40	36	-77,6%	182	76	-58,1%
RESULTADO FINANCEIRO	578	23	(5)	101%	515	18	-97%

5.3.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CELPA, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, válida até 2022; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDAM, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ/CSLL (R\$MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
LAIR(1)	597	63	116	-80,6%	633	179	-71,8%
Despesa IRPJ/CSLL	(146)	(20)	(19)	-86,6%	(146)	(39)	-73,1%
(-) Ativo fiscal diferido	137	20	12	-91%	137	32	-77%
= Imposto calculado	(9)	(0)	(7)	-17,1%	(10)	(8)	-20,1%
(+) Créditos fiscais	8	(2)	7	-9,1%	0	6	N/A
= Imposto caixa (2)	(1)	(2)	(0)	-100,0%	(10)	(2)	-77,3%
Taxa efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	0,1%	3,6%	0,0%	-0,1 p.p.	1,6%	1,3%	-0,3 p.p.

No 2T16, a despesa de IRPJ e CSLL foram de R\$ 19 milhão e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais.

5.3.6. RESULTADO LÍQUIDO

No 2T16, a CELPA apresentou lucro de R\$ 96 milhões, versus R\$ 451 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

Nesta seção, os ajustes já apresentados no EBITDA estão líquidos de seus efeitos tributários que, somados à reversão de provisão para contingências no resultado financeiro (R\$ 8 milhões), apresentamos lucro líquido ajustado de R\$ 102 milhões no trimestre.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	451	43	96	-78,7%	487	139	-71,4%
Ajuste de EBITDA (líquidos IR)	-	9	(2)	N/A	(39)	7	-118%
Provisão para Contingências (Financeiro)	-	-	8	N/A	(26)	8	N/A
Glosa de crédito de PIS/COFINS	-	4	-	N/A	-	4	N/A
Ajustes do 2T15 e 1S15	(386)	-	-	N/A	(401)	-	N/A
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Ajustado	65	56	102	57,2%	21	159	660,9%

5.4 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – Geramar

As informações constantes desta seção representam 25,0% das operações da Geramar.

DRE (R\$MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	40	31	21	-46,6%	297	52	-82,4%
Receita operacional líquida (ROL)	36	28	19	-46,6%	270	47	-82,5%
Custo de energia elétrica	(20)	(15)	(5)	-77,2%	(217)	(20)	-91,0%
Custo e despesas operacionais	(4)	(4)	(4)	-5,7%	(15)	(8)	-47,6%
EBITDA	12	9	11	-10,6%	38	20	-47,5%
Depreciação	(2)	(0)	(1)	-54,6%	(5)	(1)	-70,4%
Resultado do serviço (EBIT)	11	9	10	-5,9%	33	19	-41,2%
Resultado financeiro	(1)	(1)	(1)	10,2%	(5)	(2)	-53,6%
Resultado operacional	10	7	9	-7,9%	28	16	-42,5%
IR/CSLL	(2)	(1)	(1)	-7,8%	(4)	(2)	-40,3%
Lucro líquido (LL)	8	6	8	-7,9%	24	14	-42,9%

5.4.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 2T16, a ROL da Geramar atingiu R\$21 milhões, 46,6% inferior à ROL de 2T15. A queda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior é decorrente de um menor despacho das usinas neste último trimestre.

5.4.2 - CUSTOS E DESPESAS

O total gasto pelas usinas no 2T16 somou R\$ 9 milhões, queda decorrente de menor despacho das usinas neste último trimestre.

Custos e despesas operacionais	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
CUST + Custos de geração	20	15	5	-77,2%	59	20	-66,9%
PMSO	4	4	4	-5,7%	9	8	-12,6%
Depreciação	2	-	1	-54,6%	2	1	-45,9%
Total	26	19	9	-64,0%	70	28	-59,3%

5.4.3 - EBITDA

O EBITDA da Geramar no 2T16 atingiu R\$ 11 milhões, valor considerado como recorrente para as usinas.

5.4.4 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo em R\$1 milhão em virtude dos juros dos empréstimos contratados para financiamento da construção das usinas.

5.4.5 - LUCRO LÍQUIDO

A Geramar registrou lucro líquido de R\$ 8 milhões neste trimestre, resultado considerado como recorrente.

6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Desde março de 2015, quando foi aplicada a Revisão Tarifária Extraordinária e o novo valor para a Bandeira Tarifária, temos observado queda expressiva no saldo líquido de ativos regulatórios de ambas as distribuidoras, atingindo, desde o trimestre passado, valores negativos.

6.1 – CEMAR

ATIVOS REGULATÓRIOS	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Constituição CVAs	169.076	46.030	39.180	53.078	57.237
<i>CDE</i>	4.613	19.809	31.677	30.439	26.626
<i>Proinfa</i>	212	-	-	3.422	6.964
<i>ESS</i>	1.116	18.614	-	8.224	443
<i>Rede Básica</i>	6.863	4	-	1.545	1.461
<i>Compra</i>	156.272	7.603	7.503	9.448	21.743
Amortização CVAs	15.623	262.866	199.505	118.463	36.892
<i>CDE</i>	154	34.987	26.052	15.776	4.905
<i>Proinfa</i>	215	272	196	124	41
<i>ESS</i>	11	-	1.152	-	-
<i>Rede Básica</i>	375	6.157	4.731	2.778	866
<i>Compra</i>	14.868	221.450	167.374	99.785	31.080
Outros Ativos Regulatórios	56.097	15.373	15.463	7.648	9.080
<i>Outros</i>	7.869	10.987	12.369	5.737	2.398
<i>Eletronuclear</i>	1.837	4.386	3.094	1.901	562
<i>Sobrecontratação</i>	46.391	-	-	10	6.120
Saldo Final	240.796	324.269	254.148	179.189	103.209

PASSIVOS REGULATÓRIOS	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Constituição CVAs	(107.295)	(72.165)	(58.492)	(83.915)	(45.866)
<i>Compra de Energia</i>	(39.713)	(55.166)	(38.321)	(46.206)	(19.173)
<i>Rede Básica</i>	-	(411)	17	-	-
<i>ESS</i>	(67.582)	(16.588)	(10.827)	(26.462)	(14.565)
<i>CDE</i>	-	-	(9.361)	(11.247)	(12.128)
Amortização CVAs	(1.528)	(85.330)	(109.578)	(37.953)	(11.622)
<i>Rede Básica</i>	(1)	-	-	-	-
<i>Compra de Energia</i>	-	-	(40.672)	-	-
<i>CDE</i>	-	(30.861)	(21.771)	(13.373)	(3.957)
<i>ESS</i>	(1.527)	(54.469)	(47.135)	(24.580)	(7.665)
Neutralidade Parc. A	(890)	(4.206)	(13.359)	(11.892)	(14.616)
Outros Ativos Regulatórios	2.196	(84.515)	(76.011)	(63.288)	(56.639)
<i>Outros</i>	(275)	(2.741)	(232)	(143)	(41)
<i>Exposição Financeira</i>	2.471	-	-	(4.638)	(35.713)
<i>Devolução PIS/COFINS</i>	-	-	(11.121)	(16.702)	(10.399)
<i>Sobrecontratação</i>	-	(81.774)	(64.658)	(41.805)	(10.486)
Saldo Final	(107.517)	(246.216)	(257.440)	(197.048)	(128.743)

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Ativos Regulatórios	240.796	324.269	254.148	179.189	103.209
Passivos Regulatórios	(107.517)	(246.216)	(257.440)	(197.048)	(128.743)
Ativo Regulatório Líquido	133.279	78.053	(3.292)	(17.859)	(25.534)

6.2 – CELPA

ATIVOS REGULATÓRIOS	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Constituição CVAs	204.148	122.334	87.532	110.712	108.196
<i>CDE</i>	17.013	42.472	-	45.987	40.401
<i>Proinfra</i>	946	135	-	4.673	9.480
<i>Rede Básica</i>	11.838	-	237	2.651	5.762
<i>Energia RTE</i>	-	-	5.475	16.328	16.878
<i>Compra</i>	174.351	79.727	81.820	41.073	35.675
Amortização CVAs	38.197	331.600	205.107	115.965	20.418
<i>CDE</i>	177	46.193	29.787	16.318	2.869
<i>Proinfra</i>	272	801	591	328	66
<i>ESS</i>	-	3.236	-	-	-
<i>Rede Básica</i>	1.406	10.759	6.954	3.831	712
<i>Compra</i>	36.342	270.611	167.775	95.488	16.771
Sobrecontratação	77.625	-	-	-	-
Outros Ativos Regulatórios	79.450	29.116	34.204	18.989	29.259
<i>Outros</i>	58.660	9.734	19.446	13.166	8.093
<i>Garantia CCEAR</i>	651	637	530	150	27
<i>Exposição Financeira</i>	17.269	12.986	10.560	3.685	1.304
<i>Diferencial Eletronuclear</i>	2.870	5.759	3.668	1.988	355
<i>Diferimento estorno crédito ICMS</i>	-	-	-	-	19.480
Saldo Final	399.420	483.050	326.843	245.666	157.873

PASSIVOS REGULATÓRIOS	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Constituição CVAs	(178.035)	-	(2.121)	(92.295)	(98.184)
<i>ESS</i>	(178.035)	-	(2.121)	(63.448)	(68.367)
<i>CDE</i>	-	-	-	(28.847)	(29.817)
Amortização CVAs	(3.879)	(218.481)	(153.711)	(67.833)	(12.639)
<i>Rede Básica</i>	-	(20)	-	-	-
<i>Compra de Energia</i>	-	(7.791)	(5.266)	(3.196)	(1.134)
<i>CDE</i>	(58)	(66.193)	-	(13.521)	(2.416)
<i>ESS</i>	(3.710)	(144.477)	(118.157)	(51.116)	(9.089)
<i>Proinfra</i>	(111)	-	-	-	-
<i>Rec. Ult. Demanda / Energia Reativa</i>	-	-	(30.288)	-	-
Neutralidade Parc. A	(2.150)	(3.104)	(21.359)	(41.646)	(49.630)
Outros Ativos Regulatórios - Outros	(45.267)	(151.558)	(212.899)	(124.676)	(136.116)
<i>Outros</i>	(43.827)	(96.777)	(180.618)	(22.309)	(15.329)
<i>Exposição Financeira</i>	(1.440)	-	-	(18.919)	(55.058)
<i>Sobrecontratação</i>	-	(54.781)	(32.281)	(83.448)	(65.729)
Saldo Final	(229.331)	(373.143)	(390.090)	(326.450)	(296.569)

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
Ativos Regulatórios	399.420	483.050	326.843	245.666	157.873
Passivos Regulatórios	(229.331)	(373.143)	(390.090)	(326.450)	(296.569)
Ativo Regulatório Líquido	170.089	109.907	(63.247)	(80.784)	(138.696)

7. ENDIVIDAMENTO

No 2T16, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$ 4.484 milhões, queda de 2% em relação ao valor do 1T16.

Situação da Dívida Bruta (100% CEMAR + 100% CELPA)

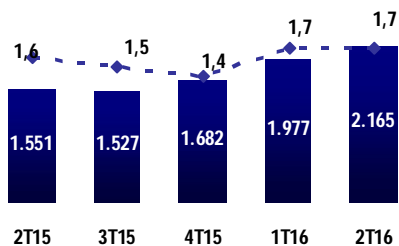
	Indexador	R\$ Mil (*)	Custo médio (a.a)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part.(%)	Vencimento	CEMAR	CELPA	Consolidado	% do total
CEMAR	Moeda estrangeira	276.466	31,2%	jan-18	1,6	6,2%	Curto Prazo	237.780	488.212	725.992	16,2%
	Libor Semestral	5.037	9,8%	abr/24	7,9	0,1%	Dívida bruta	1.909.860	1.848.562	3.758.422	83,8%
	Pré-fixado	7.282	6,0%	abr/24	7,9	0,2%	2017	435.453	83.500	518.953	11,6%
	Pré-fixado (com custo swap)	264.147	15,4%	out/17	1,3	5,9%	2018	635.581	272.307	907.888	20,2%
	Moeda nacional	1.871.175	12,3%	ago-20	4,3	41,7%	2019	323.389	139.919	463.308	10,3%
	TJLP	416.912	9,7%	set/20	4,3	9,3%	2020	252.861	100.593	353.454	7,9%
	CDI	582.398	15,5%	set/18	2,4	13,0%	Após 2020	262.576	1.252.243	1.514.819	33,8%
	IPCA	240.950	14,7%	jun/20	4,0	5,4%	Dívida bruta	2.147.640	2.336.774	4.484.414	100,0%
	Pré-fixado	380.238	6,0%	jul/21	5,3	8,5%	Disponibilidades	1.218.581	818.330	2.036.911	
	IGP-M	147.068	16,2%	dez/23	7,6	3,3%	Caixa Holding	-	-	244.971	
	SELIC	103.609	16,9%	mar/24	7,8	2,3%	Caixa Soluções	-	-	44.656	
	Total (CEMAR)	2.147.641	12,4%	abr-20	4,0	47,9%	Ativo reg. líquido	(25.534)	(138.697)	(164.230)	
	CELPA	Moeda estrangeira	949.889	11,6%	nov-21		21,2%	Sub rogação CCC	-	86.396	86.396
Libor Semestral		24.325	10,0%	abr-24	7,9	0,5%	Dep. Judicial + Cauções	10.802	114.163	124.965	
Libor Trimestral (com custo swap)		363.449	16,0%	fev-19	2,6	8,1%	Repasse venc.CDE	4.363	-	4.363	
Pré-fixado		256.392	5,7%	mai-26	10,0	5,7%	Swap	54.949	(113.957)	(59.008)	
Pré-fixado (com custo swap)		305.723	11,4%	abr-21	4,8	6,8%	Dívida líquida	884.479	1.570.539	2.165.391	
Moeda nacional		1.386.885	10,8%	dez-23	7,6	30,9%					
TJLP		271.014	10,0%	jun-22	6,1	6,0%					
CDI		53.028	15,2%	ago-18	2,2	1,2%					
Pré-fixado		505.233	10,6%	jun-20	4,0	11,3%					
RGR		5.806	6,0%	abr-22	5,9	0,1%					
IGP-M		233.377	13,2%	set-34	18,5	5,2%					
FINISA		35.700	6,0%	jun-27	11,2	0,8%					
TR-IPCA		98.961	16,9%	mai-21	4,9	2,2%					
TR-SELIC	183.765	5,7%	mar-24	7,8	4,1%						
Total (CELPA)	2.336.774	11,1%	fev-23	6,7	52,1%						
Total	4.484.415	11,8%		5,4	100,0%						

Abrimos abaixo o endividamento de 25% da Geramar, que não é consolidada dentro do endividamento da Equatorial.

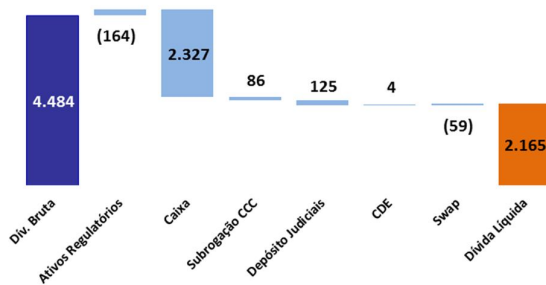
Indexador	R\$ Mil (*)	Custo médio (a.a)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part.(%)
Moeda nacional					
TJLP	70.138	8,9%	dez-25	9,5	78,6%
Pré-fixado(R\$)	19.073	10,0%	dez-26	10,5	21,4%
Total	89.211	9,1%		9,8	100,0%

Abaixo apresentamos a dívida líquida consolidada 100% da Equatorial.

Dívida Líquida (R\$ MM) e Dívida Líquida / EBITDA

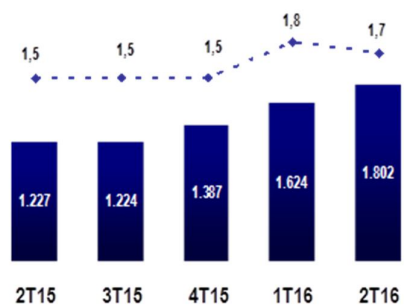


Conciliação da Dívida Líquida (R\$ MM)

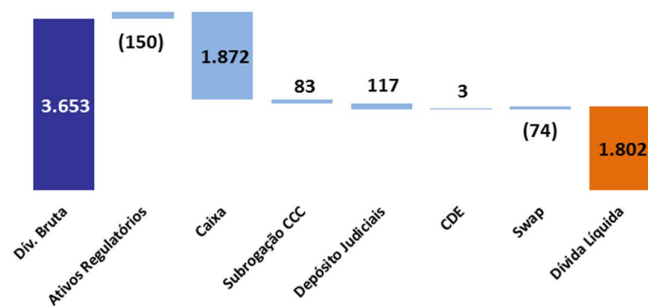


O endividamento líquido total consolidado, ajustado pelas participações da Equatorial na CEMAR (65,11%) e na CELPA (96,5%), totaliza, em junho de 2016, a quantia de R\$ 1.802 milhões, representando a relação de 1,7x o EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Dívida Líquida (R\$ MM) e Dívida Líquida / EBITDA



Conciliação da Dívida Líquida (R\$ MM)



8. INVESTIMENTOS

As informações relativas aos Investimentos realizados no período consideram 100% dos números da CEMAR e da CELPA, e 25% da Geramar.

Investimentos (R\$MM)	2T15	1T16	2T16	Var.	1S15	1S16	Var.
CEMAR							
Manutenção da Rede	17	17	19	15,7%	35	36	4,8%
Expansão da Rede	36	72	70	94,8%	66	142	114,3%
Equipamentos e Sistemas	10	16	9	-8,0%	31	26	-16,9%
Outros	2	1	4	70,0%	3	5	92,8%
Próprio (*)	65	106	102	57,6%	134	209	55,5%
PLPT	15	18	32	111,4%	25	50	101,6%
CELPA							
Manutenção da Rede	20	19	17	-17,5%	53	36	-32,1%
Expansão da Rede	60	55	68	13,9%	203	124	-38,9%
Equipamentos e Sistemas	12	6	8	-36,5%	23	14	-38,8%
Universalização	8	0	8	-2,1%	1	8	730,4%
Outros	(15)	(5)	30	-297,1%	18	25	38,0%
Próprio (*)	85	77	130	52,8%	297	207	-30,5%
Interligação de Sistemas Isolados	0	31	14	4098,3%	(17)	45	-365,2%
PLPT	45	35	63	40,7%	92	98	6,9%
Geramar							
Geração	2	3	3	41,0%	5	6	11,9%
Total Equatorial	213	270	345	62,2%	536	614	14,4%

8.1 – CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$102 milhões no 2T16, aumento de 57,6% em relação ao 2T15. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do estado.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – PLPT

Ao final do 2T16, foi alcançada a marca de 339 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto a 1,7 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades.

8.2 – CELPA

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 130 milhões no 2T16, representa um aumento de 52,8% em relação ao 2T15. Esses investimentos são focados principalmente na expansão de capacidade e cobertura da rede de distribuição da companhia, assim como na contínua melhoria da qualidade da energia fornecida, tendo em vista o potencial de crescimento de demanda no Pará.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – PLPT

Ao final do 2T16, foi alcançada a marca de 389 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,9 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades.

8.3 – Geramar

O investimento apresentado no 2T16 refere-se basicamente à manutenção das plantas, uma vez que sua fase de construção foi totalmente concluída no início de 2010. O valor de R\$ 3 milhões apresentado acima é proporcional à participação de 25% que a Equatorial detém na geradora.

9. MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Equatorial Energia encerraram o 2T16 cotadas a R\$ 48,65, com valorização de 20,7% em relação ao valor de fechamento do 1T16, R\$ 40,30. Se comparada com o fechamento do 2T15, a valorização no período de 1 ano foi de 42,0%.

Em termos de volume, a Companhia registrou uma média de negociação diária de R\$ 50,6 milhões nos últimos 60 pregões findos em 30 de junho de 2016. As ações da Equatorial são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e fazem parte dos seguintes índices: Índice Bovespa, MSCI Brazil, IBrX 50, IEE, ITAG e IGC.

10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais da CEMAR e CELPA (incluindo aqueles relacionados ao Programa Luz para Todos (PLPT)); ii) informações financeiras pró-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA EM INGLÊS

Quinta-feira, 11 de agosto de 2016

12h00 (horário de Brasília)

11h00 (horário de Nova York)

Telefones: +55 11 2188-0155 / +1 646 843 6054

Código: Equatorial

TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

Quinta-feira, 11 de agosto de 2016

14h00 (horário de Brasília)

13h00 (horário de Nova York)

Telefone: +55 11 2188-0155

Código: Equatorial

- ▶ Os participantes devem se conectar aproximadamente 10 minutos antes do início das teleconferências.
- ▶ **SLIDES E WEBCAST:** Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* na sessão de Relações com Investidores em nosso *website* <http://www.equatorialenergia.com.br/ri> a partir da data da teleconferência. O áudio das teleconferências será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

CONTATOS

- ▶ **Eduardo Haiama**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- ▶ **Thomas Newlands**
Relações com Investidores
- ▶ **Renato Parentoni**
Relações com Investidores
- ▶ **Telefones:** + 0 XX (21) 3206-6635 / 6607
- ▶ **E-mail:** ri@equatorialenergia.com.br
- ▶ **Website:** www.equatorialenergia.com.br/ri

Aviso

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da CEMAR, excluindo 34,89% de participação dos minoritários, 96,50% da CELPA e 100% da 55 Soluções.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados da CEMAR, 100% da CELPA e 100% da 55 Soluções.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO (R\$ MM)

DRE CEMAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T15	1T16	2T16	1S15	1S16
RECEITA OPERACIONAL	854.470	986.234	961.595	1.715.206	1.947.829
Fornecimento de Energia Elétrica	770.525	809.834	791.536	1.526.547	1.601.370
Suprimento de Energia Elétrica	740	16.712	15.102	5.590	31.815
Receita de Construção	71.758	153.997	141.809	162.124	295.806
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	2.820	14	2.378	1.302	2.392
Outras Receitas	8.627	5.677	10.770	19.643	16.447
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(226.388)	(277.090)	(261.632)	(430.584)	(538.723)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	628.082	709.144	699.962	1.284.623	1.409.106
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(409.013)	(482.936)	(420.928)	(830.900)	(903.864)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(316.381)	(297.072)	(264.432)	(631.607)	(561.504)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(19.884)	(31.867)	(14.687)	(35.189)	(46.554)
Custos de Construção	(71.758)	(153.997)	(141.809)	(162.124)	(295.806)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(990)	-	-	(1.980)	-
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(94.794)	(109.275)	(116.535)	(195.896)	(225.809)
Pessoal	(24.893)	(29.126)	(28.328)	(50.296)	(57.454)
Material	(1.803)	(1.578)	(1.719)	(4.959)	(3.297)
Serviço de Terceiros	(53.885)	(57.098)	(58.982)	(108.197)	(116.080)
Provisões	(7.176)	(13.992)	(22.556)	(16.710)	(36.548)
Outros	(7.036)	(7.481)	(4.950)	(15.734)	(12.431)
EBITDA	124.274	116.933	162.500	257.827	279.433
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.254)	(7.100)	(3.729)	(7.816)	(10.829)
Depreciação e Amortização	(31.125)	(33.743)	(34.717)	(62.117)	(68.460)
RESULTADO DO SERVIÇO	89.895	76.089	124.053	187.894	200.143
RESULTADO FINANCEIRO	4.507	19.430	15.243	(18.496)	34.673
Receitas Financeiras	84.075	90.624	154.814	189.453	258.693
Despesas Financeiras	(79.568)	(71.194)	(139.571)	(207.949)	(224.020)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	94.402	95.520	139.296	169.398	234.816
Contribuição Social	(7.636)	(7.308)	(14.076)	(11.183)	(21.383)
Imposto de Renda	(20.536)	(13.245)	(19.218)	(30.147)	(32.463)
Impostos Diferidos	(3.960)	(12.236)	(13.971)	(16.489)	(26.207)
Incentivos Fiscais	20.536	13.245	19.218	30.147	32.463
RESULTADO DO EXERCÍCIO	82.806	75.976	111.249	141.725	187.226

DRE CELPA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T15	1T16	2T16	1S15	1S16
RECEITA OPERACIONAL	1.453.164	1.443.066	1.501.120	2.829.424	2.944.186
Fornecimento de Energia Elétrica	1.292.165	1.248.551	1.237.497	2.467.766	2.486.048
Suprimento de Energia Elétrica	1.091	37.063	49.238	9.812	86.301
Receita de Construção	144.461	142.749	207.437	324.410	350.186
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	6.262	5.590	-	12.759	5.590
Outras Receitas	9.186	9.114	6.948	14.677	16.062
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(432.818)	(474.405)	(499.101)	(824.114)	(973.506)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.020.346	968.661	1.002.019	2.005.310	1.970.680
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(750.402)	(683.056)	(686.244)	(1.494.425)	(1.369.300)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(574.632)	(490.593)	(451.539)	(1.114.006)	(942.132)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(31.309)	(49.713)	(27.268)	(56.009)	(76.981)
Custos de Construção	(144.461)	(142.749)	(207.437)	(324.410)	(350.186)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(161.512)	(189.143)	(140.103)	(279.429)	(329.246)
Pessoal	(34.061)	(35.242)	(34.970)	(73.073)	(70.212)
Material	(2.236)	(1.643)	22	(2.943)	(1.621)
Serviço de Terceiros	(80.800)	(96.146)	(88.094)	(159.121)	(184.240)
Outros	(25.438)	(451)	(11.258)	(8.034)	(11.710)
Subvenção CCC	69.551	89.823	97.642	146.719	187.465
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(65.098)	(108.401)	(86.118)	(136.460)	(194.519)
Provisões	(23.428)	(37.084)	(17.327)	(46.516)	(54.411)
EBITDA	108.434	96.462	175.672	231.457	272.134
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(41.843)	(3.708)	(10.009)	(65.182)	(13.717)
Depreciação e Amortização	(47.953)	(52.647)	(44.722)	(48.168)	(97.369)
RESULTADO DO SERVIÇO	18.638	40.107	120.942	118.107	161.049
RESULTADO FINANCEIRO	578.043	22.946	(5.273)	515.326	17.673
Receitas Financeiras	691.956	204.084	159.273	972.875	363.357
Despesas Financeiras	(113.912)	(181.139)	(164.546)	(457.548)	(345.684)
RESULTADO OPERACIONAL	596.682	63.052	115.669	633.434	178.721
Contribuição Social	(45.170)	(5.564)	(7.293)	(46.011)	(12.857)
Imposto de Renda	(100.384)	(14.342)	(12.198)	(100.384)	(26.540)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	451.127	43.147	96.178	487.039	139.325

DRE EQUATORIAL CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T15	1T16	2T16	1S15	1S16
RECEITA OPERACIONAL	2.386.729	2.491.663	2.497.914	4.665.782	4.989.577
Fornecimento de Energia Elétrica	2.130.141	2.093.817	2.052.622	4.092.194	4.146.440
Suprimento de Energia Elétrica	1.830	53.775	64.341	15.402	118.116
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	2.378	-	2.378
Receita de Construção	216.218	296.746	349.246	486.534	645.992
Outras Receitas	38.540	47.324	29.328	71.652	76.652
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(668.158)	(757.840)	(765.463)	(1.268.616)	(1.523.304)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.718.571	1.733.823	1.732.451	3.397.166	3.466.274
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(1.217.658)	(1.203.618)	(1.125.903)	(2.410.051)	(2.329.521)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(950.248)	(873.995)	(734.702)	(1.831.320)	(1.608.697)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(51.192)	(31.867)	(41.956)	(91.197)	(73.823)
Custos de Construção	(216.218)	(296.746)	(349.246)	(486.534)	(645.992)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	-	(1.010)	-	(1.000)	(1.010)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(269.911)	(274.837)	(272.604)	(510.236)	(547.441)
Pessoal	(68.722)	(90.477)	(76.509)	(152.690)	(166.986)
Material	(6.067)	(4.109)	(1.047)	(9.952)	(5.157)
Serviço de Terceiros	(135.517)	(154.295)	(149.325)	(269.367)	(303.620)
Provisões	(30.605)	4.045	(39.786)	(63.227)	(35.741)
Outros	(29.000)	(30.000)	(5.937)	(15.000)	(35.937)
EBITDA	231.002	255.368	333.943	476.879	589.311
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(45.098)	(10.808)	(13.738)	(72.998)	(24.546)
Depreciação e Amortização	(79.501)	(86.752)	(79.466)	(111.063)	(166.218)
RESULTADO DO SERVIÇO	106.403	157.808	240.739	292.819	398.547
Equivalência patrimonial	8.385	6.185	6.741	19.087	12.926
Amortização de ágio	(1.677)	(1.593)	(1.594)	(3.354)	(3.187)
RESULTADO FINANCEIRO	602.531	60.766	29.821	541.080	90.587
Receitas Financeiras	742.101	302.991	322.943	1.087.254	625.934
Despesas Financeiras	(139.570)	(242.225)	(293.122)	(546.173)	(535.347)
RESULTADO OPERACIONAL	715.642	223.166	275.707	849.633	498.873
Contribuição Social	(18.830)	(9.015)	(23.019)	(25.271)	(32.034)
Imposto de Renda	(62.495)	(18.365)	(35.929)	(80.525)	(54.293)
Impostos diferidos	(140.432)	(39.347)	(13.971)	(152.912)	(53.318)
Incentivos Fiscais	55.724	14.773	19.218	68.586	33.991
Participações minoritárias	(49.585)	(32.003)	(43.242)	(74.854)	(75.246)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	500.025	139.209	178.764	584.656	317.973

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)

- ▶ A tabela abaixo reflete o processo de consolidação da Equatorial, obtido através da soma da Equatorial Holding + 100% da 55 Soluções + 100% da CEMAR + 100% da CELPA + Eliminações.
- ▶ Na linha de “Participação de Acionista Não Controlador” é feito um ajuste de forma que o lucro líquido consolidado da Equatorial reflita sua participação real na CEMAR, de 65,11% e da CELPA, de 96,50%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR EMPRESA (R\$ mil)	Equatorial Holding	55 Soluções	CEMAR	CELPA	Eliminações	Equatorial consolidado
RECEITA OPERACIONAL	-	35.199	961.595	1.501.120	-	2.497.914
Fornecimento de Energia Elétrica	-	23.589	791.536	1.237.497	-	2.052.622
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	15.102	49.238	-	64.341
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	2.378	-	-	2.378
Receita de Construção	-	-	141.809	207.437	-	349.246
Outras Receitas	-	11.610	10.770	6.948	-	29.328
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	-	(4.730)	(261.632)	(499.101)	-	(765.463)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	30.469	699.962	1.002.019	-	1.732.451
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	(18.731)	(420.928)	(686.244)	-	(1.125.903)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(18.731)	(264.432)	(451.539)	-	(734.702)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	(14.687)	(27.268)	-	(41.956)
Custos de Construção	-	-	(141.809)	(207.437)	-	(349.246)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	-	-	-	-	-	-
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(6.853)	(9.114)	(116.535)	(140.103)	-	(272.604)
Pessoal	(5.463)	(7.748)	(28.328)	(34.970)	-	(76.509)
Material	(8)	657	(1.719)	22	-	(1.047)
Serviço de Terceiros	(954)	(1.294)	(58.982)	(88.094)	-	(149.325)
Provisões	-	97	(22.556)	(17.327)	-	(39.786)
Outros	(428)	(826)	(4.950)	266	-	(5.937)
EBITDA	(6.853)	2.624	162.500	175.672	-	333.943
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	(3.729)	(10.009)	-	(13.738)
Depreciação e Amortização	(1)	(26)	(34.717)	(44.722)	-	(79.466)
RESULTADO DO SERVIÇO	(6.854)	2.598	124.053	120.942	-	240.739
Participação de acionistas não controlad.	171.878	(986)	-	-	(165.744)	5.147
Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	173.471	(986)	-	-	(165.744)	6.741
Amortização de Ágio	(1.594)	-	-	-	-	(1.594)
RESULTADO FINANCEIRO	19.029	822	15.243	(5.273)	-	29.821
Receitas Financeiras	19.030	1.414	154.814	159.273	(11.588)	322.943
Despesas Financeiras	(1)	(592)	(139.571)	(164.546)	11.588	(293.122)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	184.052	2.434	139.296	115.669	(165.744)	275.707
Contribuição Social	(1.396)	(255)	(14.076)	(7.293)	-	(23.019)
Imposto de Renda	(3.872)	(640)	(19.218)	(12.198)	-	(35.929)
Impostos Diferidos	-	-	(13.971)	-	-	(13.971)
Incentivos Fiscais	-	-	19.218	-	-	19.218
Participações minoritárias	-	(1.059)	-	-	(42.183)	(43.242)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	178.784	480	111.249	96.178	(207.928)	178.764

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)

BP CEMAR

ATIVO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	2.011.252	2.217.892	2.274.153	2.158.061	2.092.702
Caixa e equivalentes de caixa	223.783	278.640	310.893	306.671	321.974
Investimentos de curto prazo	932.583	1.061.289	1.094.340	966.842	896.607
Contas a receber de clientes	662.402	715.043	765.247	762.727	729.139
Baixa renda	36.955	38.456	34.537	34.208	25.794
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.502)	(76.011)	(87.368)	(71.869)	(67.470)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	-	30.274	5.438	-	-
Serviços pedidos	51.819	41.817	34.713	38.174	45.805
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	50.111	34.340	-	-	17.868
Depósitos Judiciais	20.873	19.384	18.767	20.547	21.453
Estoques	4.193	3.857	3.895	4.244	10.414
Impostos a recuperar	59.466	61.631	79.752	82.068	73.861
Recuperação de custo de energia e encargos	35.367	-	-	-	-
Pagamentos antecipados	6.207	3.849	5.010	5.205	-
Outros Créditos a Receber	5.995	5.323	8.929	9.244	17.257
NÃO CIRCULANTE	2.706.766	2.748.348	2.845.186	2.967.619	3.076.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	967.325	1.011.373	1.086.463	1.105.044	1.116.041
Contas a receber de clientes	76.946	76.752	77.964	86.218	90.926
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	83.169	43.713	10.859	5.500	-
Depósitos judiciais	9.015	9.015	9.015	12.635	15.710
Instrumentos financeiros derivativos	66.174	116.702	128.115	98.014	73.363
Impostos e contribuições a recuperar	21.415	22.590	31.614	44.230	52.295
Outros créditos a receber	11.220	13.926	13.992	12.990	11.788
Ativo financeiro da concessão	699.386	728.675	814.904	845.457	871.959
PERMANENTE	1.739.441	1.736.975	1.758.723	1.862.575	1.960.435
Intangível	1.739.441	1.736.975	1.758.723	1.862.575	1.960.435
TOTAL DO ATIVO	4.718.018	4.966.240	5.119.339	5.125.680	5.169.178
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	852.582	887.223	965.709	945.812	934.304
Fornecedores	264.917	268.182	350.552	306.671	246.266
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	12.638	13.554	11.231	13.447	14.383
Empréstimos e Financiamentos	233.982	234.073	206.607	208.765	197.448
Debêntures	39.792	54.915	47.303	62.131	40.332
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	-	14.152	23.358	-
Impostos e contribuições a recolher	62.473	69.780	82.157	75.017	70.330
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	3.476	-	-	431	2.425
Dividendos	63.199	63.199	69.406	69.406	165.251
Encargos do consumidor	12.508	10.290	10.290	7.799	7.244
Contribuição de iluminação pública	15.849	15.763	17.433	11.296	11.064
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	33.609	29.481	22.634	26.202	35.175
Participação nos lucros	15.953	23.551	29.965	15.851	23.547
Instrumentos financeiros derivativos	19.098	18.329	18.984	18.763	18.414
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	38.082	36.036	35.835	43.394	38.050
Outras contas a pagar	37.006	50.070	49.160	63.281	64.375
NÃO CIRCULANTE	2.070.593	2.185.535	2.205.356	2.155.618	2.195.219
Empréstimos e financiamentos	1.423.850	1.512.774	1.502.459	1.435.698	1.436.853
Debêntures	486.174	489.125	495.182	502.468	473.007
Impostos e contribuições a recolher	1.000	1.022	1.104	1.073	1.013
Imposto de renda e contribuições social diferidos	105.927	126.231	136.781	149.017	162.988
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	34.992	37.733	39.698	37.231	47.825
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	-	43.402
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	18.650	18.650	30.132	30.131	30.131
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.794.843	1.893.482	1.948.274	2.024.250	2.039.655
Capital social	840.408	840.408	840.410	840.410	929.620
Reservas de capital	674	674	674	674	674
Reservas de Lucros	812.036	812.036	1.107.190	1.107.190	922.135
Lucros acumulados	141.725	240.364	-	75.976	187.226
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.718.018	4.966.240	5.119.339	5.125.680	5.169.178

BP CELPA

ATIVO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	1.873.451	2.304.635	2.560.150	2.415.413	2.422.288
Caixa e equivalentes de caixa	10.313	112.329	40.860	54.844	45.780
Investimentos de curto prazo	314.220	455.617	757.774	833.701	772.550
Contas a receber de clientes	1.295.661	1.435.227	1.664.163	1.272.104	1.360.451
Baixa renda	20.632	25.119	26.938	24.548	24.153
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(355.459)	(393.629)	(444.125)	(183.485)	(157.871)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	-	-	104	-	-
Aquisição de combustível - conta CCC	219.383	195.253	221.298	168.868	157.211
Serviços pedidos	92.253	111.639	77.589	85.481	58.012
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	49.480	98.011	-	7.118	-
Depósitos Judiciais	721	1.375	2.306	1.333	6.345
Instrumentos financeiros derivativos	-	78.839	71.810	-	-
Estoques	13.065	9.879	7.535	7.137	7.913
Impostos e contribuições a recuperar	72.637	74.680	40.807	41.824	42.964
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	28.495	33.740	49.700	65.381	61.244
Recuperação de custo de energia e encargos	64.486	22.512	-	-	-
Pagamentos antecipados	4.085	3.923	5.261	3	-
Outros Créditos a Receber	43.479	40.121	38.130	36.556	43.536
NÃO CIRCULANTE	4.297.077	4.283.077	4.296.059	4.320.210	4.485.172
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.022.952	2.030.868	2.137.947	2.086.327	2.106.611
Contas a receber de clientes	149.071	168.361	199.624	261.012	291.231
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	69.244	68.765	65.824	58.529	86.396
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	100.625	-	-	-	-
Depósitos judiciais	137.761	135.953	141.512	142.888	142.136
Instrumentos financeiros derivativos	116.043	136.962	145.688	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	57.089	56.679	56.619	55.120	60.709
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	37.882	38.776	39.661	40.099	40.998
Outros créditos a receber	61.604	74.669	74.992	70.153	68.314
Ativo financeiro da concessão	1.293.633	1.350.703	1.414.027	1.458.525	1.416.827
PERMANENTE	2.274.125	2.252.209	2.158.112	2.233.884	2.378.561
Investimentos	6.800	6.774	6.748	6.748	6.748
Intangível	2.267.325	2.245.435	2.151.364	2.227.136	2.371.813
TOTAL DO ATIVO	6.170.528	6.587.712	6.856.209	6.735.623	6.907.460
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	1.735.829	1.819.529	2.209.875	2.030.335	2.081.447
Fornecedores	667.212	581.789	565.740	498.019	505.928
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	31.293	39.460	20.737	23.746	16.263
Empréstimos e Financiamentos	218.428	550.541	598.780	493.752	488.212
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	-	35.409	-	10.003
Impostos e contribuições a recolher	155.232	204.046	231.170	210.968	224.482
Dividendos	-	-	17.366	17.366	22.267
Encargos do consumidor	17.722	-	33.205	32.125	31.720
Contribuição de iluminação pública	15.509	-	18.311	46.526	11.688
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	52.153	58.215	52.454	57.471	37.471
Participação nos lucros	-	-	31.882	15.318	21.092
Partes relacionadas	286.886	2.523	258.656	282.425	315.188
Instrumentos financeiros derivativos	62.807	-	-	11.877	66.321
Valores a pagar da recuperação judicial	97.539	95.937	91.446	91.575	91.078
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	96.722	99.115	95.063	87.876
Outras contas a pagar	131.048	190.296	155.604	154.104	151.858
NÃO CIRCULANTE	2.622.007	2.953.665	2.801.364	2.817.171	2.846.618
Empréstimos e financiamentos	958.459	960.266	1.084.807	1.045.735	1.023.964
Impostos e contribuições a recolher	64.222	57.364	49.605	42.994	35.266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.522	169.697	63.541	83.046	95.046
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	15.420	47.636
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	186.503	91.006	95.573	99.340	92.320
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	6.434	27.837	87.660	128.693
Partes relacionadas	6.777	298.613	49.861	32.529	7.784
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	92.032	95.193	98.395	101.599	105.016
Valores a pagar da recuperação judicial	907.983	973.833	995.599	979.088	958.578
Plano de aposentadoria e pensão	47.768	47.768	36.718	36.718	32.396
Outras contas a pagar	221.741	253.491	299.428	293.042	319.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.812.692	1.814.518	1.844.970	1.888.117	1.979.395
Capital Social	1.521.740	1.521.740	1.521.740	1.521.740	1.521.740
Reservas de reavaliação	184.643	178.561	171.456	165.946	160.845
Reservas de lucros	-	-	150.465	150.465	145.565
Outros resultados abrangentes	(15.148)	(15.148)	1.309	1.309	1.309
Lucros acumulados	121.457	129.365	-	48.657	149.936
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.170.528	6.587.712	6.856.209	6.735.623	6.907.460

BP EQUATORIAL CONSOLIDADO

ATIVO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	4.322	4.965	5.157	4.907	4.857
Caixa e equivalentes de caixa	285	452	398	404	418
Investimentos de curto prazo	1.551	1.838	2.083	2.040	1.908
Contas a receber de clientes	1.605	1.764	1.983	1.860	1.939
Aquisição de combustível - conta CCC	219	195	221	169	157
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	100	132	-	-	8
Depósitos Judiciais	24	25	25	26	32
Instrumentos financeiros derivativos	-	79	53	-	-
Estoques	17	14	11	11	18
Impostos e contribuições a recuperar	192	204	212	220	211
Recuperação de custo de energia e encargos	100	53	-	-	-
Outros Créditos a Receber	229	209	171	177	166
NÃO CIRCULANTE	7.304	7.322	7.429	7.567	7.814
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.988	3.034	3.212	3.168	3.171
Contas a receber de clientes	226	245	278	347	382
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	69	69	66	59	86
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	184	37	-	-	-
Depósitos judiciais	147	145	151	156	158
Instrumentos financeiros derivativos	182	254	274	83	26
Impostos e contribuições a recuperar	116	118	128	139	154
Outros créditos a receber	71	86	86	80	76
Ativo financeiro da concessão	1.993	2.079	2.229	2.304	2.289
PERMANENTE	4.316	4.288	4.217	4.399	4.644
Investimentos	87	86	86	93	97
Intangível	4.229	4.202	4.131	4.306	4.547
TOTAL DO ATIVO	11.626	12.287	12.586	12.474	12.672
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
CIRCULANTE	2.519	2.928	3.131	2.919	2.856
Fornecedores	953	870	935	822	768
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	44	55	34	45	37
Empréstimos e Financiamentos	452	785	805	703	686
Debêntures	40	55	47	62	40
Impostos e contribuições a recolher	243	299	331	300	314
Dividendos	174	174	218	217	251
Contribuição de iluminação pública	16	16	17	58	23
Instrumentos financeiros derivativos	82	18	-	31	85
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	38	133	135	138	126
Outras contas a pagar	477	524	609	543	528
NÃO CIRCULANTE	4.968	5.114	5.225	5.156	5.223
Empréstimos e financiamentos	2.383	2.473	2.587	2.481	2.461
Debêntures	486	489	495	502	473
Impostos e contribuições a recolher	250	296	193	226	244
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	558	464	470	421	424
Valores a pagar da recuperação judicial	908	974	996	979	959
Plano de aposentadoria e pensão	48	48	37	37	32
Outras contas a pagar	335	371	447	510	629
Participação Minoritária	700	730	750	779	788
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.439	3.515	3.479	3.621	3.805
Capital Social	1.977	1.979	1.980	1.980	1.982
ajuste de avaliação patrimonial	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
Reservas de Lucros/capital	911	913	1.517	1.520	1.523
Outros resultados abrangentes	(12)	(12)	4	4	4
Lucros acumulados	585	657	-	139	318
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.626	12.287	12.586	12.474	12.672